



# Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

## Atos da Comissão Executiva:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 314/83

I — prover MANOEL JUVENTINO DAS CHAGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sabino Brasil Nunes de Campos; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 6166).

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 310/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

I — exonerar EDISON TEIXEIRA DE MORAIS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 79/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover IRAHI MANTOVANI GERMANOVISK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi; e,

III — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 27 de junho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de julho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1.983

(Terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Naptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso,

Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o Sr. Deputado Ervin Bonkoski (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, indicamos os seguintes nomes para comporem a CPI da Corrupção:

#### TITULARES

Rubens Bueno  
Sabino Campos  
Fiori Luiz  
Adhail Sprenger Passos  
Nestor Baptista  
Paulo Furiatti  
José Fonseca  
Márcio Almeida

#### SUPLENTES

Orlando Pessutti  
Caíto Quintana  
Sérgio Spada  
Tadeu Bento França  
Mário Pereira  
Homero Oguido  
Nilso Sguarezi  
Dirceu Manfrinato

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.983.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do PMDB.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDS indica para compor a CPI que estudará possíveis irregularidades da corrupção no Estado:

#### TITULARES

Tércio Albuquerque  
Airton Cordeiro  
Gabriel Sampaio

#### SUPLENTES

Erondy Silvério  
Luiz Alberto de Oliveira  
Gilberto Carvalho

#### TITULARES

Gabriel Manoel  
Jorge Maia  
Augusto Carneiro

#### SUPLENTES

Odeni Mongruel  
Ivan Gubert

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Líder do PDS

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento, em Curitiba, da Senhora MARIA MORAES FAUST, aos 80 anos, e mãe do industrial Martinho Faust, presidente da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, Diretor Presidente da Automatom — Indústria e Comércio de Máquinas e Plásticos Ltda., e do Centro de Comércio Exterior do Paraná.

A extinta deixa ainda os filhos Matias, Paulo, Nicolau, Severino, Geraldo, Catarina, Pedro, José, Boaventura, Samuel e Cecília.

Requer também à Mesa desta Casa se dê ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS FARIAS, ocorrido nesta Capital, deixando viúva a Sra. Rosa Ferreira Farias e os filhos Olavo Ferreira de Souza, Ari Ferreira de Souza e Marilda Aparecida Ferreira dos Santos.

Requer também à Mesa desta Casa que se dê ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de pesar pelo falecimento, aos 67 anos de idade, em São José dos Pinhais, do Dr. MARCÍLIO BIANCHETTI. Deixa viúva a Sra. Paulina Bianchetti e quatro filhos, Arnaldo, Roseli, Sueli e Rosemary.

O extinto era pessoa das mais relacionadas no Município de São José dos Pinhais, onde exercia a profissão de Odontólogo, deixando uma lacuna que dificilmente será preenchida nos meios em que conviveu.

Requeiro ainda, seja cientificada a decisão desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo prematuro falecimento do empresário ADILSON ZANIOLO, aos 43 anos de idade, deixando viúva a Sra. Magali Zaniolo e os quatro filhos, Alexa Maria, Adilson Zaniolo Filho, Ariane Maria e Alcídio Zaniolo Neto. O extinto era pessoa das mais relacionadas no Município de São José dos Pinhais, onde era sócio gerente e diretor de produção das Indústrias de Madeiras Zaniolo S/A, dirigidas por seu tio, Altavir Zaniolo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Requer também à Mesa desta Casa que se dê ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, no sentido de informar qual o

motivo da não realização de eleição para escolha de diretor no Colégio Dom Orione, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado votos de congratulações à TV Tarobá de Cascavel e cumprimentos especiais aos Srs. Pedro Mufatto, Jorge Guirado, Fernando Gomes e Lourival Neves, por ser a primeira emissora do país a iniciar a campanha em prol dos flagelados das enchentes no Sul.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A TV Tarobá de Cascavel, sob o comando dos Srs. Pedro Mufatto, Jorge Guirado, Fernando Gomes e Lourival Neves, foi a primeira emissora de televisão do Brasil a efetivamente preocupar-se com os flagelados das enchentes no Sul, gerenciando junto à Rede Bandeirantes de Televisão, a Campanha da Solidariedade.

Graças à sua insistência e seu empenho, desencadeou-se a maior campanha de todos os tempos neste País, auxiliando as vítimas desta calamidade que ainda atinge o Sul do Brasil.

Cascavel que fica plantada no divisor d'água das bacias do Piquiri e Iguaçu e, portanto, sem possibilidade de ser atingida pelas cheias, deu através da TV Tarobá um exemplo que dignificou a gente oestina e servindo de exemplo tomou conta do Brasil, mostrando um povo brasileiro solidário com os que sofrem e necessitam de ajuda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Regimento Interno subscreve este, REQUERENDO ao Excelentíssimo Sr. Trajano Bastos, DD. Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ouvindo o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, pelo asfaltamento da estrada que liga Porto Fugieira à Rodovia Icaraíma - Vila Alta, levando-se em conta seu importante papel no escoamento e comercialização das safras da região, e suporte das relações agropecuárias, comerciais e industriais entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja transferida para o DER a responsabilidade pela conservação do trecho de estrada que liga os Municípios de Planalto e Pérola d'Oeste, passando pelo km 40, dando-se ciência deste requerimento ao Ilustríssimo Sr. Dr. Olivo Zanella, DD. Diretor do DER, bem como às Câmaras Municipais de Planalto e Pérola do Oeste, respectivamente.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A supra referida estrada encontra-se em precárias condi-

ções, dificultando o tráfego entre os dois municípios, principalmente nos dias chuvosos, causando sérios transtornos aos usuários.

Considerando que os municípios em questão não dispõem de verbas para a conservação dessa estrada, necessário se torna passá-la à responsabilidade do DER para as providências cabíveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da Sanepar, através da Secretaria de Estado do Interior para que determine que seja ampliada a rede de abastecimento de água na Vila Carbonera, Vila União, Distritos de Maria Helena e Umuarama.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que as localidades citadas não contam ainda com uma rede de abastecimento de água capaz de minorar os problemas da população, já se trata de um atendimento necessário. Daí a presente solicitação, para que se realize com urgência, estudos, necessitando assim dos Poderes Públicos, por se tratar de região agrícola cafeeira, das mais ricas e produtivas, tendo a oportunidade de estarmos presentes no recesso de julho e verificar a expectativa da população para essas melhorias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da Sanepar, através da Secretaria de Estado do Interior, para que determine seja ampliada uma rede de abastecimento de água na Vila Nova Formosa, Distrito de Douradina.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a localidade citada não conta ainda com uma rede de abastecimento de água capaz de minorar os problemas da população, já que se trata de um atendimento necessário. E também por se tratar de região agrícola cafeeira, das mais ricas e produtivas, no recesso de julho e verificando a expectativa da população para essas melhorias, as quais solicitamos urgência e atendimento junto ao Poder Público.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, para que autorize a construção de um colégio de alvenaria, na sede de Rondinha, no Município de Pinhão, conforme solicitação feita através do requerimento de número 04/83, dos Srs. Vereadores Sebastião F. de Moraes, Mário Evaldo Morski, Neoraldo Ferreira Mendes e Jacir Prestes de Macedo, daquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Encarecemos a maior brevidade possível quanto a solicitação acima, tendo em vista o número considerável de habi-

tantes daquela localidade, além do prédio ali existente ser de madeira com pouco espaço físico para abrigar a clientela estudantil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Paraná, para que autorize a instalação de um escritório e um depósito de sementes certificadas, insumos, produtos veterinários, ou ou dois tratores agrícolas, para atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, no Município de Pinhão, conforme solicitação através de requerimento de número 22/83, do Sr. Vereador Mário Evaldo Morski, daquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a Cafe do Paraná uma empresa que se dedica ao fomento da agricultura em todo o Estado, através da assistência técnica e da distribuição de sementes, etc., é uma das principais responsáveis pelo implemento no setor, e que atende assim à política preconizada pelo governo José Richa. Pinhão, por ser um município com amplo potencial agrícola, necessita do acima exposto para o processo agrícola daquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, para que autorize a construção de rodovia ligando o Distrito de Ubaúna a Godói Moreira, passando pela sede do Município de São João do Ivaí e pelo Distrito de Santa Luzia, conforme solicitação feita através do ofício número 56/83, do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação prende-se ao fato da grande distância que separa os distritos e a necessidade de escoamento da produção agrícola do Município de São João do Ivaí.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública, para que autorize a inclusão do Município de Pinhão, no plano para atendimento dos municípios que foram assolados pela enchente que assolou nosso Estado, conforme solicitação dos Srs. Vereadores Neoraldo Ferreira Mendes, Sebastião F. de Moraes, Mário Evaldo Morski e Jacir Prestes de Macedo, conforme requerimento de número 62/83, de 24/5/83, daquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de Pinhão ter so-

frido grandes prejuízos face às enchentes que se abateram naquele município, é que encarecemos providências cabíveis diante do problema em tela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, solicitando a implantação do ensino de segundo grau no Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Quinta do Sol é um importante município do Estado, pela sua produção agrícola, mas até hoje não conta com o ensino de segundo grau. Daí a presente solicitação para que o mesmo possa garantir a educação de seus filhos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, solicitando a implantação do ensino de segundo grau no Município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Rancho Alegre, um dos mais desenvolvidos deste Estado, não conta ainda com ensino de segundo grau e sua clientela tem que se deslocar para que conclua o mesmo. Daí a necessidade imediata de o Estado assumir essa responsabilidade, implantando ali esse benefício.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para que autorize a construção de um ginásio de esportes no Município de Pinhão, conforme solicitação do Sr. Vereador Mário Evaldo Morski, através do requerimento de número 17/83, de 21/3/83, da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima, justifica-se, uma vez que o ginásio de esportes naquela cidade será para uso da juventude e promoção do município, através de prática de esportes e efetiva integração à sociedade paranaense, sendo que Pinhão é um dos poucos municípios que não possui ginásio de esportes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de

viabilizar estudos para a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito na cidade de Engenheiro Beltrão.

De iniciativa do Vereador Sebastião de Assis, de Engenheiro Beltrão, esta idéia merece todo o nosso incentivo. Com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, dos quais 2/3 são pequenos ou médios agricultores, a cidade de Engenheiro Beltrão é um foco de progresso, necessitando atualmente de uma agência do Banco do Estado do Paraná, na qual seus habitantes possam encontrar a ajuda preciosa para seus empreendimentos.

Por todas as razões já expostas, a abertura de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A naquela cidade, viria de encontro às aspirações do povo de Engenheiro Beltrão, proporcionando-lhes um justo prêmio pelo engrandecimento de nosso Estado e de toda a Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja instalado um posto da Cafe do Paraná, na cidade de Mariluz.

O Município de Mariluz, essencialmente agrícola e com pequenos agricultores, necessita mais do que nunca de um órgão de fomento agropecuário. Aliás, é objetivo da Cafe do Paraná, o auxílio aos agricultores em geral, e principalmente aos de pequeno porte, oferecendo-lhes insumos de alta produtividade a preços condizentes e possibilitando-lhes sua aquisição.

Nesta ordem de idéias, achamos que com a instalação de um posto da Cafe do Paraná naquele município, os agricultores da região terão mais um órgão a auxiliá-los.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de viabilizar estudos para o asfaltamento da BR-158, trecho que liga as cidades de Peabiru e Terra Boa.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

De vital importância para a economia da região, o asfaltamento da BR-158, (trecho Peabiru - Terra Boa) é um objetivo há muito almejado pela população dos dois municípios. Além de facilitar o escoamento da produção agrícola da região, torna mais fácil a comunicação entre estes dois promissores municípios da região Centro-Oeste; enquanto esta BR não for asfaltada no trecho citado, os usuários necessitam utilizar a PR-317 e a PR-082, aumentando a distância em 20 quilômetros.

Pelo que foi exposto, consideramos o asfaltamento do trecho em questão de prioridade irrefutável, promovendo, deste

modo, a economia da região e atendendo a uma velha e justa reivindicação da população dos dois municípios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando gestões junto ao Detran-Pr, visando a instalação de um Posto Fixo de Exames Psicotécnicos no Município de Ivaiporã, para atendimento da Região Central do Paraná. E que do presente requerimento se dê ciência ao Vice-Reitor Administrativo da Universidade Católica do Paraná, irmão Paulo Wodonos.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento sócio-econômico do Município de Ivaiporã, polarizando a região central do Paraná, tem se refletido em números cada vez maiores de exames psicotécnicos realizados pelo Posto Volante da UCPr. Tais exames ultrapassam a casa do milhar, mensalmente, exceptuados os exames realizados em outras regiões, como Curitiba e Apucarana.

Esses fatos, porém, são motivos de morosidade para a liberação da carteira de motorista, pois Ivaiporã sedia a 38ª Ciretran e de dificuldades para os usuários.

O atendimento a este pedido virá de encontro às reivindicações comunitárias dos diversos segmentos sociais daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, solicitando gestões junto à Cafe do Paraná, visando a instalação de uma Unidade de Integração dessa empresa, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O programa de instalação das Unidades de Integração foi estabelecido visando o envolvimento da comunidade rural através de associações diversas, reforçando-se o grau de entrosamento entre as pequenas e médias propriedades agrícolas, tendo por fim o fomento agrícola.

Em consequência, a instalação de uma dessas unidades, em Ivaiporã, virá de encontro às necessidades do seu meio rural, pois o município tem sua economia baseada na agricultura, e essa caracteriza-se pelo expressivo número de pequenas propriedades rurais.

Por outro lado, o município não é servido por qualquer outro órgão público que vise exclusivamente os mesmos objetivos das Unidades de Integração.

Sua instalação virá somar-se a esforços já existentes, além de atender a uma reivindicação da municipalidade e do seu setor rural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, solicitando a efetivação de gestões junto ao IPE visando a criação e instalação de uma Coordenadoria Regional desse Instituto na região

central do Paraná, com sede em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a agência do IPE em Ivaiporã encontra-se sob jurisdição da coordenadoria regional de Apucarana. No entanto, não é recente a reivindicação dos funcionários da região central do Paraná visando criar sua própria coordenadoria abrangendo diversos municípios daquela região.

Por outro lado, o município de Ivaiporã é o que mais contribui em número de funcionários públicos estaduais, na região, polarizando cerca de 1.500. Por isso, além de ser o polo sócio-econômico da região, acreditamos que essa cidade deva sediar tal coordenadoria.

O atendimento a essa reivindicação beneficiará os previdenciários do IPE daquela região, além de satisfazer os anseios de suas municipalidades.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, CLAUS MAGNO GERMER, solicitando a criação e instalação de uma unidade veterinária no município de Barbosa Ferraz. E que do presente requerimento se dê ciência ao Ilustríssimo Prefeito, Sr. Arnaldo Coneglian.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Barbosa Ferraz é um município em pleno desenvolvimento, cuja pujança e espírito de luta do seu povo o tem destacado no Vale do Ivaí. Sua economia baseia-se unicamente na agropecuária, possuindo um rebanho com cerca de 50.000 cabeças de bovino, distribuídas por 600 produtores.

No entanto, apesar desse rebanho, o município não tem um médico veterinário para atendimento permanente no âmbito de defesa sanitária animal e orientação direta aos criadores locais. Por isso, depende de profissional veterinário de São João do Ivaí, que atende também a outros municípios, sobrecarregando-se de trabalho, em que pese seu esforço e competência. E, diante do grande rebanho da região, o atendimento é insuficiente, prejudicando os criadores e seus rebanhos.

Em função do exposto, visando melhorar as condições de atendimento aos rebanhos e seus criadores, vemos a necessidade de criação e instalação de uma unidade veterinária no município de Barbosa Ferraz, cujos serviços poderão ser estendidos ao município de Fênix. Em consequência, haverá crescimento do rebanho da região e melhora em sua qualidade.

O atendimento a este pedido virá de encontro às reivindicações dos criadores de toda a região e da municipalidade barbosense.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo governador, senhor José Richa e ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando urgentes medidas e gestões junto ao DER e ao DNER visando reparação da BR-466 no trecho que interliga os municípios de Manoel Ribas e Pitanga, bem como a sua reconstrução onde for necessário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

**JUSTIFICATIVA:**

Com as recentes chuvas, tornando intransitável a Rodovia do Café, todo o trânsito do Norte do Paraná em direção à Capital e ao Porto de Paranaguá, foi desviado pela BR-466, no itinerário Ivaiporã/Manoel Ribas/Pitanga. E a consequência de tais chuvas e do substancial aumento do trânsito de carga pesada deixou essa BR no trecho Manoel Ribas/Pitanga, em perigoso e péssimo estado de tráfego; em alguns pontos, o asfalto foi todo destruído, como pode ser constatado pelo Distrito Rodoviário.

Em alguns lugares do citado trecho, chegou-se até a passar a patrula visando diminuir os buracos, que predominam em toda a sua extensão. Em outros, o asfalto não existe mais. Tais fatos vêm prejudicar todo o transporte, inclusive o escoamento da farta produção agrícola, tornando-o moroso e encarecido, além de dar margem a acidentes de trânsito.

Um dos maiores desejos da comunidade daqueles dois municípios é o atendimento a esta reivindicação, que se constitui num trabalho a serviço de todo o Estado. E isso é uma necessidade, já que os dois municípios representam uma região que muito tem contribuído para o Estado através de sua rica produção agropecuária, toda ela escoada por essa estrada. Por outro lado, esse trecho de BR-466 serve de ligação entre o Norte do Estado e toda a Região Sul.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública no sentido de enviar à Cidade de Paranaguá, urgentemente, reforço policial, conforme relato da "Folha de Curitiba" de 01 de agosto do ano em curso, e intervenção para proteger os pescadores na Ilha de Valadares, em anexo.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, do abaixo-assinado de 374 moradores residentes no Conjunto Petrópolis, no Uberaba de Cima, solicitando a instalação, naquele local, de um Módulo de Atendimento Familiar.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

**JUSTIFICATIVA:**

De acordo com o pedido que acompanha o abaixo-assinado do Condomínio Conjunto Residencial Petrópolis, em anexo, a reivindicação propiciará aos moradores do bairro melhor assistência policial, em virtude de ocorrências apontadas pelos próprios residentes e pelo comércio local, tais como roubos, desordens, elementos suspeitos e viciados circulando livremente pelas ruas. O condomínio possui atualmente 352 famílias que necessitam de segurança e acresce ainda o fato de que a população será sensivelmente aumentada a partir de outubro do corrente ano, em função da conclusão do Conjunto Residencial Mirante da Serra.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Sr. José Richa, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando que autorize, excepcionalmente, a Secretaria de Estado da Educação à contratação, pelo regime

da CLT de professores municipais que prestam serviços em Escolas Estaduais, com ônus aos municípios localizados na Área de Segurança Nacional ao longo da faixa de fronteira.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

APOIAMENTO: Sabino Campos, Caíto Quintana e José Antônio Fonseca.

**JUSTIFICATIVA:**

É intenção do Governo José Richa assumir, integralmente, através da Secretaria de Estado da Educação, o ônus com os professores de todas as escolas estaduais a partir do próximo ano, enquanto que se responsabiliza ao longo deste ano em 50 por cento do salário dos professores municipais a serviço nas escolas do Estado.

Esta proposição foi aceita por todas as municipalidades e até elogiada como medida corajosa do atual governo.

Os convênios neste sentido já estão devidamente encaminhados e acertados, faltando tão somente assinaturas e algum trâmite burocrático. No entanto, alguns prefeitos de municípios localizados na faixa de fronteira, dentro da área considerada de segurança nacional, num gesto claro e evidente de desafio à autoridade do governo do Estado, não aceitam tal convênio, pleiteando o ônus integral para o Estado com relação aos professores de seus municípios a serviço do Estado.

No caso do Prefeito de Mal. Cândido Rondon, este desafio à autoridade máxima de nosso Estado se evidencia na demissão de todos os professores e serventes das escolas estaduais. Já o de Santa Helena, reuniu os professores e os instigou a paralisar suas atividades logo no início do período letivo.

Comportamentos como estes não podem ser tolerados pelo atual governo, sob pena de ser acusado pela população da faixa de fronteira, de ser a autoridade máxima de nosso Estado submissa às belas vontades dos prefeitos bionicos, que devem seus postos ao Presidente da República e não à vontade popular.

O gesto ensaiado pelos Senhores Prefeitos de municípios de área de segurança nacional na faixa de fronteira é, na realidade, um desafio, uma afronta à população daquela região.

Acreditamos que o Governador do Estado não deve se curvar ao comportamento destes antiparanistas e abrir exceção da contratação dos mestres, somente para aquela área, sob pena de ser combatida sua autoridade junto ao povo da fronteira. E o que é pior, ver grande parte das crianças de nosso Estado privadas de ensino e de educação.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI N.º 100/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — O edifício sede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, passa a denominar-se GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A nossa intenção, ao propor a homenagem ao ex-Governador Parigot de Souza, é a de manifestar nosso reconhecimento ao grande homem público, que dentre suas realizações mais marcantes, ressalta sua profícua administração junto à Copel, empresa à qual emprestou sua efetiva contribuição desde os primórdios de sua existência.

## PROJETO DE LEI Nº 101/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Todo aquele que, não tendo propriedade imóvel alguma, instalar sua moradia habitual, por um ano, em construção de qualquer espécie, como barraco, tapera, edificação de alvenaria ou alguma outra, em terra estadual, pública, urbana, baldia e não aplicada a qualquer uso público, adquirirá sobre ela, até o limite de 200 m<sup>2</sup>, direito real de uso perpétuo e gratuito.

§ 1.º — O Poder Público expedirá, a requerimento do interessado, o competente título recognitivo do direito em tela, que se perfaz, "ipso jure" com o só cumprimento dos requisitos previstos no artigo.

§ 2.º — A comprovação da moradia pelo prazo referido se fará por qualquer meio de prova em direito admitido e a inexistência de outra propriedade é presumida até prova em contrário, produzível por autoridade pública ou qualquer do povo.

Art. 2.º — Quem preencher, em ocasiões sucessivas, os requisitos do Art. 1.º em diferentes locais, perderá automaticamente, com a aquisição ulterior, o direito real de uso precedente adquirido, mesmo que isso ocorra em município diverso.

§ 1.º — Perderá o Direito Real de Uso aquele que vier a adquirir imóvel a qualquer título, mesmo por sucessão hereditária.

§ 2.º — O Direito Real de Uso adquirido na forma estabelecida por esta lei é intransferível por ato inter-vivos.

Art. 3.º — O Poder Público manterá registro de concessões de direito real de uso obtidas pela forma disposta nesta lei e providenciará a expedição dos títulos previstos no parágrafo primeiro do artigo primeiro, bem como os cancelamentos cabíveis por força do previsto no artigo segundo.

Art. 4.º — Nas terras públicas de que trata esta lei, onde estiverem sediadas pelo menos dez famílias que preencham os requisitos aquisitivos da concessão de direito real de uso, a implantação de equipamentos e melhoramentos públicos, inclusive os serviços públicos de ligação domiciliar será feita como se tratara de áreas regularmente urbanizadas.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

APOIAMENTO: Mário Pereira, Rubens Bueno Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Fiori Luiz, Nelson Vasconcellos, José Antônio Fonseca e Caíto Quintana.

## JUSTIFICATIVA:

O Art. 160, III, da Carta Constitucional do País, consagra como princípio da Ordem Econômica e Social a "função social da propriedade". Trata-se pois, de preceito obrigatório, particularmente para o Poder Público.

As terras públicas urbanas, enquanto baldias e não aplicadas a qualquer uso público — numa época de grave crise habitacional e em que a população carente não tem meios para fixação de moradia — estão manifestamente contrariando a função social da propriedade. De outra parte, na medida em que tais áreas, muitas vezes, têm servido "de fato" para abrigo de trabalhadores que as ocupam e nelas se instalam para habitá-las, vêm-se prepostas — à margem de qualquer decisão jurídica do Poder Público — à função social que poderiam cumprir.

É sabido que ao redor de 80 por cento das ocupações irregulares de terras, convertidas em favelamento, se efetuam sobre estes terrenos públicos.

Consagrar juridicamente tais situações e dar o aval do Direito a instalações de moradia, tal como previsto no anteprojeto, é medida proveitosa por razões diferentes.

Em primeiro lugar, assegura o cumprimento do princípio

da função social da propriedade.

Em segundo lugar, minora um grave problema social.

Em terceiro lugar, na medida em que se estabiliza situações precárias, afiançando-lhes proteção jurídica, estimula os ocupantes à paulatina transformações de habitações miseráveis em moradias de melhor qualidade.

Em quarto lugar, de acordo com o estatuído no projeto libera o Poder Público para a instalação de equipamentos e melhoramentos públicos capazes de propiciar condições de vida mais humanas para os residentes nestas áreas, permitindo, destarte, urbanização de aglomerados caóticos e inteiramente marginalizados. E dizer, proporciona tratar como "existentes" núcleos habitacionais que, na realidade, estão na estranha situação de serem havidos inexistentes.

Com efetivo, sua realidade é desconsiderada, na prática, tal como se inexistissem, porquanto persistem desassistidos dos mais mezinhos equipamentos urbanos.

A aprovação do anteprojeto ora proposto ensejará o cumprimento do Art. 160, III, do Texto Constitucional e contribuirá para o realístico tratamento de um problema social concreto, cuja existência não irá desaparecer mediante a atitude irrealista de ignorá-lo. Sobremais, dará azo a que se inicie um processo de urbanização destas áreas — hoje verdadeiros quistos urbanos — segundo padrões consentâneos com nossa situação real. Trata-se de dar-lhes o tratamento possível, que pode não ser o ótimo, mas certamente será melhor do que não lhes dar qualquer espécie de tratamento, como hoje ocorre e persistirá ocorrendo, se não forem adotadas as soluções propostas.

Por derradeiro, importa notar que a concessão de direito real de uso é procedimento cauteloso que proporcionará ao Poder Público controle da situação, ensejará menores oportunidades de desviado manejo comercial na utilização do instituto e é perfeitamente bastante para cobrir os objetivos sociais do anteprojeto. Ainda mais que, mesmo o herdeiro, só manterá a titularidade do direito enquanto não proprietário de outro imóvel, e se evita a repetição sucessiva do exercício do direito no mesmo município.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A palavra mais constante hoje na imprensa brasileira, se fosse feito uma contagem de repetição, certamente seria o vocábulo "moratória". É lamentável a repetição, pois retrata a situação dramática da economia e das finanças do País.

Enquanto muitos defendem uma moratória oficializada como o melhor caminho para esta crise, poucos percebem que estamos numa moratória de fato, segundo a mais simples definição do termo, que é dilação de prazo concedida pelo credor ao devedor para pagamento de uma dívida, aliás, ultrapassamos a própria figura da dilação de prazo. Estamos pedindo é suplementação de créditos para saldar juros. Pena é que as pessoas apenas se refiram à moratória como um benefício a pleitear pelo nosso Governo Federal, e não como um benefício a ser concedido pelo Governo Federal àqueles seus credores que não deram origem aos problemas que vivem, e estão sendo exigidos pelo poder público e bancos oficiais.

Fizemos este preâmbulo para relatar à Casa, a posição tomada pelas lideranças comunitárias do Município de Sengés, parcela das quais muito nos honra representar em razão dos votos obtidos nas últimas eleições.

Sengés dediciu pleitear moratória dos débitos da agricultura por um período de três anos, porque a atividade está insolvente e sem condições de reerguer-se sem um amparo urgente.

Os fatos que ali ocorrem são quadro quase que geral dos municípios do Paraná, mas ganham gravidade em Sengés como consequência da monocultura que ali existe — a do feijão. No final do mês de junho, a Câmara daquele município, presidida pelo Sr. Efigênio Leocádio Amaral, reuniu as expressões maiores da comunidade para um debate sobre os problemas econômicos do município. Estavam nessa reunião o Prefeito, Vereadores, Gerente e Chefe do Setor Agrícola do Banco do Brasil, gerentes do Banco do Estado, de vários bancos particulares, Presidente dos Diretórios dos partidos políticos do município, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas.

Depois do debate considerou-se que é grave a situação da agricultura no município, com a perda de três safras consecutivas, endividamentos com empréstimos e investimentos de custeio e absoluta falta de recursos para novas tentativas.

Em resumo, a situação da região de Sengés é a seguinte: há um predomínio da monocultura no cultivo do feijão, sem que exista orientação técnica para a diversificação de plantios. E houve fracassos por três anos, inclusive nesse, em consequência das chuvas que assolaram o Estado. Para perto de 700 médios e pequenos agricultores, existe um único engenheiro agrônomo da Acarpa fornecendo orientação.

Endividado, sem saber como conservar o solo que é atacado pela erosão, sem nenhuma assistência maior do Estado, o agricultor já está começando a se deslocar para a periferia das cidades maiores, engrossando a crescente leva de marginalizados.

Vista esta situação, Sengés pede como providências urgentes do Governo, primeiro — concessão da moratória por três anos no pagamento das dívidas e de empréstimos;

Segundo — concessão de novos financiamentos, ignoradas as dívidas pendentes.

Terceiro — urgência para esses financiamentos novos para que não se atrase e nem se reduza o plantio.

Podem ainda, que o Governo do Estado designe mais dois engenheiros e agilize a construção de armazéns e secadores já aprovados para o município.

Queremos ainda aqui registrar o nosso integral apoio a essas solicitações da Câmara Municipal de Sengés, já oficialmente notificado aos vários setores do governo do Estado e Banco do Brasil.

Teríamos até como sugestão ou apelo mesmo, de propor idênticos benefícios para vários outros municípios vitimados pelo fracasso agrícola. Amparar os agricultores endividados, desestimulados e descapitalizados para prosseguir na atividade. É uma questão de sobrevivência para todas as outras atividades do Estado. Não se poderá permitir, jamais, que as terras agricultáveis sejam abandonadas como estão sendo, prometendo quebra violenta na produção e agravamento dos problemas sociais dos núcleos urbanos maiores.

**(Fim do tempo do orador na tribuna).**

Eu peço, Sr. Presidente, que considere como lido o nosso requerimento.

**O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos)** A Mesa acata e dará como lido o pronunciamento de Vossa Excelência.

**(Final do pronunciamento)** “Considerando esse relato, que certamente merecerá dos senhores Deputados e demais autoridades públicas compreensão e apoio, juntamos nosso apelo às autoridades estaduais e federais para que ajudem a agricultura de Sengés e amparem a lavoura paranaense de modo geral.

Queremos registrar, finalmente, nosso aplauso às lideranças comunitárias daquele município, que vendo as angústias da agricultura, souberam se mobilizar, em curto prazo, traduzindo com fidelidade, e com realismo, quais as medidas de urgência que o Estado deve patrocinar para que não ocorra um colapso econômico e social do município.

Finalmente requeiro à Mesa, ouvida a Casa, sejam reme-

tidas cópias deste pronunciamento ao Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, ao Excelentíssimo Ministro da Agricultura - Amaury Stábile, ao Sr. Presidente do Banco do Brasil e ao Sr. Presidente do Banco do Estado, bem como ao Sr. Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Sengés.

Sala das Sessões, em 02/08/83.

(a) ERONDY SILVÉRIO”

**(Assume a Presidência o Sr. Deputado Nestor Baptista).**

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

**O SR. FERRARI JÚNIOR** — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Ainda ontem, neste mesmo período, o Deputado do PDS Nelson Buffara falava sobre a situação da segurança no Estado do Paraná, que para ser gentil num pronunciamento tem que se dizer que é uma pouca vergonha a segurança do Estado do Paraná.

Nós já utilizamos nesta mesma tribuna, em outras oportunidades para falar sobre o assunto, mas parece que pregamos no deserto, parece que o Sr. Secretário da Segurança Pública está totalmente desinteressado com o setor de segurança nesse Estado do Paraná. A violência aumenta, a violência campeia por todos os setores do Estado e não vemos melhoria alguma em nossa polícia e não vemos — o que é pior — nenhuma atitude do Secretário para nos trazer um alento, dizer que a coisa vai melhorar.

Querem ver, senhores Deputados, existe um município para não citar vários — Castelo Branco — aqui mesmo no Estado do Paraná, o qual é dirigido pelo PDS, onde o delegado de polícia de Castelo Branco, chamado constantemente para coibir roubos de café em tulhas do sítio, não tem sequer uma arma, não tem sequer um revólver velho, usado, enferrujado para enfrentar os bandidos. Existem municípios — e eu cito os nomes: Mandaguacu, São Jorge do Ivaí, onde os integrantes do Diretório do PMDB estão se unindo, estão se cotizando, estão pedindo dinheiro para o povo para poder consertar a viatura da polícia com motor fundido, com pneu furado, com carro quebrado e assim por diante.

E fizemos uma série de ofícios e endereçamos ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná. Tudo isto e muito mais dissemos a ele, e pedimos as providências, naturalmente a respeito, porque a sociedade está a cobrar do seu representante, está a cobrar do Deputado, especialmente do Deputado do PMDB, que hoje é Governo, maior segurança para o Estado do Paraná. Mas, infelizmente, senhor Presidente, nobres Deputados, nenhum dos documentos que encaminhamos ao Sr. Secretário, foi respondido, nenhum foi levado na devida consideração. E, como representantes que somos, a exemplo dos demais Deputados das inúmeras comunas do Estado do Paraná, não tomamos conhecimento de iniciativa alguma que possa ser tomada por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Temos municípios, e naturalmente já provamos em documentos, onde somente o delegado, e ninguém mais não tem arma. Nós fomos pedir um dia desses, armamentos para um dos municípios do Paraná e recebemos a resposta de que não tem armamento. Ora, como fazer um policiamento, como defender uma comunidade se o Estado não fornece sequer um armamento para o policial, para o delegado de polícia. E nós nos lembramos, com tristeza, do falecimento — e já citei aqui desta tribuna, e não serviu como exemplo, não serviu para nada, falei no “deserto” do falecimento do jovem delegado de polícia da cidade de Floraí, que morreu única e exclusivamente porque defendia uma polícia desarmada, desorganizada e sem condições para enfrentar o banditismo que assola aquela região.

Se na época do PDS, do Governo do PDS, e ontem falava

o Deputado Nelson Buffara daquela tribuna, e com muita propriedade, já haviam problemas na polícia, e palavras minhas agora: se o policiamento, na época do PDS, já era uma "bagunça" no Estado do Paraná, no Governo do PMDB não melhorou coisíssima nenhuma, embora Deputados do PMDB que somos, viveremos aqui tantas quantas forem necessárias para destacar e para mostrar a falta de atenção, especialmente dos Srs. Secretários dos mais diferentes setores.

Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado, senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná tenta, hoje, recuperar-se de um verdadeiro flagelo que começou a se abater sobre o Estado nos primeiros meses do ano, mas atingiu o seu ápice durante o final de junho e primeira quinzena de julho. A intensidade anormal das chuvas deste ano além de praticamente destruir cidades no Sul do Estado, veio a comprometer a economia de todos os municípios paranaenses, provocando quebra na safra agrícola, destruindo escolas e pontes, inutilizando estradas.

Segundo relatório elaborado pela Comissão de Defesa Civil do Estado, os prejuízos para a nossa economia são superiores a cento e oitenta bilhões de cruzeiros.

Tivemos setenta desabrigados e hoje eles ainda são em número de trinta mil, principalmente no Município de União da Vitória. Quase uma centena de pessoas morreram na inundação que tomou conta das cidades do Vale do Rio Iguaçu.

O que tivemos oportunidade de assistir, quando do ápice da enchente, foi um exemplo maravilhoso de solidariedade humana. Os desabrigados, tanto do Paraná, como de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passaram a receber comida, remédios, roupas e material de construção de todas as partes do País. Aqui mesmo, esta Casa se mobilizou, realizando um levantamento, preparando sugestões e até recolhendo doações da população.

A par destas doações, o Movimento de Solidariedade aos Flagelados do Sul teve outro tipo de manifestação. Várias empresas, de todos os pontos do País, passaram a dedicar um ou mais dias de trabalho de seus funcionários às vítimas do flagelo. O próprio setor das Forças Armadas determinou o desconto de um dia de soldo de todos os seus integrantes para os desabrigados.

É assim, dentro do espírito de solidariedade, que estamos hoje oficializando uma proposta aos nossos companheiros de Legislativo, que já devem ter tido conhecimento, em função de matérias publicadas pela imprensa. Estamos reivindicando desta tribuna que todos os Srs. Deputados autorizem a Tesouraria um desconto em folha de dois dias de salários mensais, a um fundo a ser destinado à reconstrução das cidades destruídas pela enchente. Esta contribuição seria feita até o final do ano, sendo gerida por uma comissão formada por Deputados de ambas as Bancadas. Os descontos seriam depositados em contas de caderneta de poupança e repassados, no final do ano, aos Prefeitos das cidades atingidas pelas enchentes.

Acreditamos ser esta uma forma da Assembléia Legislativa do Estado participar, de forma efetiva, na reconstrução do Paraná e principalmente do Sul do Paraná. Sabemos que as doações foram muitas e que o Governo Federal já destinou recursos para as regiões afetadas. Mas tudo isto não será suficiente para que os flagelados possam retornar às suas casas e continuar a vida normal. Assim, considero a contribuição dos integrantes desta Casa, a reconstrução do Sul, como sendo de caráter fundamental. Para ela estamos pedindo hoje a adesão de to-

dos os Deputados desta Casa. Cremos que em função da nobreza da causa, contaremos com o apoio de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O jornal "A Folha de São Paulo" deste domingo, traz uma ampla reportagem a respeito da realização, nestes dias, na Capital Paulista, do primeiro Congresso Nacional de Advogados, Pró Assembléia Nacional Constituinte.

Entre os vários depoimentos que enriquecem a matéria, nós destacamos três trechos do eminente jurista Sobral Pinto, que diz, no seu depoimento: "Este País, é dirigido por um General que tem as Forças Armadas à sua disposição. Nós estamos vivendo sob uma ditadura militar disfarçada e dela precisamos sair; a Constituinte é a única saída." Em outro trecho, diz: "Os militares anarquisaram de tal modo as leis do País, que elas precisam ser totalmente reformuladas; fica difícil chamar de democracia, um regime que se orienta por algo, como a Lei de Segurança Nacional".

E por fim, encerra o seu depoimento, dizendo: "Que para chegarmos à democracia, precisamos passar pela Constituinte, através da qual, restabeleceremos os três Poderes. No Brasil, os Três Poderes não existem mais, só funciona o Poder Executivo, dirigido por um General que não recebeu voto de ninguém para lá estar."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estas palavras, se não fossem do eminente jurista Sobral Pinto, talvez causassem espanto, se qualquer outro cidadão brasileiro, delas fizesse uso. No entanto, juntamente com Dogofredo Telles e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, Dr. Márcio Tomaz Bastos, os advogados brasileiros, estão nesta semana, em debates que se desenvolvem, desde ontem até na sexta-feira, num concorrido Congresso Nacional, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, um passo adiante na luta pela Assembléia Nacional Constituinte.

Nós queremos, nesta oportunidade, destacar a presença neste Congresso, de ilustres paranaenses, que lá contribuem na mesa redonda, intitulada "Direitos Humanos", participando ao lado de Heleno Fragozo, Armando Temperani e Antônio Evaristo de Moraes Filho, do Professor José Lamartini Correia de Oliveira, cidadão paranaense, combatente pela democracia do País.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, esperamos que a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, ao realizar este Congresso Nacional, pela Constituinte, venha a se configurar de fato, como um avanço na tomada de consciência do povo brasileiro e mais especificamente, das Lideranças do Partido do Governo, da imperiosa necessidade de que a Constituinte, a bandeira que propicia uma saída pacífica, para a crise econômica e social que o País vive, e mais do que isto, que propicia o encaminhamento político que hoje, no impasse em que se vive, poucas alternativas se têm, para prever menores angústias e menores sofrimentos para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) (Faz soar os tímpanos)

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Obrigado, Sr. Presidente,

(Sem revisão do orador).

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o recesso parlamentar do mês de julho, contrariando, inclusive, manifestação pública do Governador do Estado, as demissões sem justa causa na administração estadual, prosseguiram em ritmo mais intenso, provocando ao funcionário público humilhações e tristezas e aos demais, quando da mesma repartição o desconforto de opção: o medo de um lado ou a manifestação de culto aos novos detentores do poder, de outro.

Essa medida de penalizar o servidor público, que não per-

tence aos quadros do partido político dominante e aqueles que ainda, sob o risco de perda de dignidade, não declararam publicamente as virtudes dos vencedores, demonstra, antes de tudo, uma evidente polarização ideológica.

Aqueles que assim dominam, admitem a existência de apenas uma única verdade e uma única solução para os problemas do Paraná; não aceitam a coexistência ao serviço público de pessoas que acreditam em outras verdades, que não as suas, e assim, afastam-nas pela força.

É bom que se diga que não são todos que assim agem.

Muito políticos e executivos de órgãos e empresas estatais do atual Governo não adotam essa medida odiosa da demissão sumária e injusta, como inclusive admitem e até defendem publicamente, a permanência de funcionários públicos pertencentes aos quadros do PDS, por experiência e por capacidade, no exercício de suas funções.

Porém, outros no afã de eliminarem eventuais adversários políticos e sob a pressão de compromissos da campanha de distribuir cargos e funções na estrutura administrativa do Governo, procuram, através de demissões sem justa causa, satisfazer interesses mesquinhos em detrimento da tranqüilidade e segurança da família do funcionário público do Paraná.

Esse tipo de ocorrência a despeito da vontade do Governador, quero crer, fortalece, ainda mais, a impressão que o Estado do Paraná prossegue, após meses, sendo governador por um grupo de anônimos, e não por quem foi constituído legalmente para exercê-lo, e sem uma orientação que proporcione a idéia de unidade do poder.

Assim, trago ao conhecimento desta Casa, alguns exemplos desse tipo de demissão, praticados durante o mês de julho, que, como as águas de enchentes chegaram em silêncio, ilharam os atingidos sem considerar o passado útil e de trabalho construtivo dispensados em favor do povo paranaense.

Denuncio, portanto, desta tribuna, as demissões praticadas por incompatibilidades políticas, junto ao Hospital Bom Jesus da cidade de Castro, mantido pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, contra os servidores médicos Drs. Ricardo Cardoso e Domingos Faustino de Carvalho, através das Portarias números 1075 e 1074, de 18.07.83, daquela superintendência.

O primeiro filho do ilustre e saudoso médico Dr. Libânio Cardoso, ex-Prefeito Municipal de Castro e ex-Deputado Estadual nesta Assembléia Legislativa, penalizado pelo grau de parentesco com o Prefeito anterior do PDS daquela cidade, Rôni Cardoso, sem qualquer respeito ou consideração que deve sempre prevalecer à memória e a ética entre os homens públicos.

Quanto ao Dr. Domingos Faustino de Carvalho foi penalizado por haver aceito a candidatura a Prefeito Municipal pela legenda do PDS, sem qualquer outro antecedente político partidário, simplesmente, pela notoriedade que ganhou, pelo espírito de serventia e de liderança, junto aos seus admiradores.

Essa demissão, sem justa causa, configura-se como uma inadmissível perseguição política, que deve ser condenada e que não apenas agrida o indivíduo em seus direitos, mas também, enorme faixa da população castrense, que recebeu os seus cuidados profissionais, por mais de treze anos junto à referida unidade hospitalar e que a tudo assiste indignada e perplexa.

Saliente-se que durante todo o tempo de abril de 1970 a até 1982, Domingos Faustino de Carvalho, organizou e dirigiu o Hospital Bom Jesus, além das atividades médicas, merecendo, por isso, da sociedade castrense, o respeito e a consideração de tantos quantos o conhecem, não bastando porém, para evitar que um pedido subscrito por doze elementos ligados ao PMDB de Castro, fosse suficiente para desvalorizar tais predicados.

Faço aqui um apelo ao Senhor José Richa, para que atitudes como esta que desrespeitam a própria legislação trabalhista, sejam revistas e corrigidas e não mais se repitam, contribuindo para mostrar que não houve destarte do Governador

nem negação às suas origens e nem traição às suas propostas eleitorais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Nada mais lógico que o provérbio:

O erro do médico a terra come, o erro do advogado, o povo esquece, porém, o erro da educação passa de geração a geração.

No Paraná da década de 1970-1980 em decorrência de uma verdadeira alteração na estrutura agrária, onde as culturas permanentes dos cafeeiros foram substituídas pelas culturas de soja e trigo, utilizando-se para isso a mecanização agrícola, aconteceu o êxodo rural onde os pequenos proprietários venderam suas pequenas glebas aos latifundiários e com grandes ilusões, retiraram-se para as grandes cidades buscando uma vida com melhores dias, jamais imaginando que seus grandes sonhos pudessem desmoronar. E hoje estão marginalizados, sem qualificação profissional, sofrendo as conseqüências desastrosas de um modelo educacional.

Só nesta Capital existem 450.000 pessoas que sofrem na carne os erros e falhas de uma estrutura educacional do passado. Temos em nossos dias exemplos de famílias em que o pai, um tanto esclerosado, hipertenso, sem qualificação para um trabalho, marcado pelo cansaço e desilusão do trabalho agrícola onde desgastou sua mocidade e perdeu o vigor de suas energias, já de cabeça branca exerce hoje, a mal remunerada função de vigia noturno, muitos não tiveram nem mesmo essa chance. As filhas sem preparo profissional, estão servindo as classes mais favorecidas como domésticas.

Os filhos, também sem qualificação profissional exercem hoje, quando conseguem, a função de ajudante de pedreiro, massacrados economicamente pelo mísero salário do subemprego, assim contribuindo todos com as pequenas parcelas dos salários para o orçamento familiar.

Isso devemos ao modelo educacional vigente até 1970, caracterizado pelo ensino propedêutico, carregado de humanismo e despojado de pragmatismo. A escola oferecia aos indivíduos uma bagagem intelectual em retalhos de informações isoladas, sem levar a uma profissionalização. Formando uma grande massa de indivíduos às portas da universidade, pleiteando vagas que sabemos serem limitadas, muitos, pelas, forças de circunstâncias, desde a infância sem possuírem condições para cursar uma universidade, devido à estrutura sócio-econômica.

Observamos que o ensino propedêutico ao primeiro embate da realidade da vida, o jovem, muitas vezes lançado na orfandade, depois de passar pela escola, sem verdadeira atração ou motivação para as atividades escolares rotineiras e estritamente teóricas, algumas vezes chocantemente deficientes, via-se na contingência de fazer cursos rápidos de datilografia e português, para arranjar uma colocação.

Não podemos aceitar o ensino propedêutico, porque o mercado de trabalho já está saturado de bacharéis.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Agora a hora é de economia, de sofrimento e desespero e não comporta aventuras educacionais.

O objetivo visado hoje é propormos uma co-reflexão sobre o ensino do segundo grau. Co-reflexão abrangente aos educadores, a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, aos pais de alunos, aos integrantes deste Poder Legislativo e à toda a comunidade em geral, para repensar toda a educação enquanto instituição e fins a que se destina e propõe.

Propomos que nos unamos para analisar, criticar e repen-

pensar uma proposta consciente para que o ensino do segundo grau possa atingir suas finalidades sociais e econômicas; que esta revisão alcance os objetivos visando a meta que todos nós desejamos, que a nossa adolescência e juventude dela possa se beneficiar.

É imprescindível que tal discussão aconteça envolvendo os segmentos representativos da sociedade, levando em consideração o insucesso do ensino em todos os níveis desde o primeiro grau, segundo e até o terceiro.

O homem é o grande capital que poderá salvar a economia do Paraná e do Brasil, por ser o capital mais produtivo de um Estado, de uma Nação. Hoje é comumente reconhecido o princípio de que a maior riqueza de um País não são as indústrias, as reservas minerais, ou vegetais, o capital homem é na realidade o capital mais produtivo de uma nação. A riqueza humana tem capacidade de produzir riqueza, de explorar reservas naturais, de construir uma super-estrutura econômica.

Tal princípio fundamental não nos permite reduzir o homem ao nível de uma máquina, cujo rendimento é calculado em termos de lucros e de produção. Mas, por outro lado, o mesmo princípio transforma aquilo que poderia ser unicamente interesse individual, promoção da pessoa, educação, aprendizagem técnica, em um interesse público, de fato, o maior interesse de um País. O mesmo princípio transforma o dinheiro gasto em educação e promoção do homem da categoria de puro bem de consumo, em investimento orientado para uma maior produção.

A educação é um elemento essencial do próprio processo de crescimento econômico, porque cada cidadão que se educa acarreta um acréscimo de produção.

Vemos nas palavras dos grandes estadistas e economistas a afirmação de que um capital investido no aperfeiçoamento de seres humanos freqüentemente acarreta maior rendimento e aumento da renda nacional. O verdadeiro valor da educação para o desenvolvimento transcende a área da pura economia. O crescimento cultural técnico e moral do homem é um valor em si mesmo, ainda que não tivesse influência direta no desenvolvimento econômico ou político de um País. Uma democracia política, não pode subsistir sem a base firme de um eleitorado informado e culto.

Qualquer esforço para levar o Paraná e conseqüentemente o Brasil a um maior desenvolvimento tem que partir de uma gigantesca campanha de elevação cultural e técnica do homem brasileiro.

Provado está estatisticamente que o rendimento econômico de utilidade de um indivíduo, para a comunidade, está em proporção direta ao nível educacional.

As investigações realizadas sobre a educação em relação à promoção, nos levam a conclusão de que: o capital humano é o mais produtivo, e o investimento na educação tem uma recuperação abundante em maior produtividade.

Análises de pesquisas, em diversos países da Europa e Ásia, nos mostram os resultados seguintes:

Um analfabeto apresenta produção de .....	10 a 16%
Com um ano de estudo .....	30%
Com quatro anos .....	79%
Com sete anos de estudos .....	235%
Com nove anos de estudos .....	280%
com quatorze anos de estudos .....	320%

Tal pesquisa nos conduz a uma conclusão digna de consideração. Na educação não se gasta, investe-se. O investimento poderá produzir, de acordo com a técnica usada, trabalho empregado e capital investido.

As grandes Nações, Estados Unidos da América, Inglaterra, Japão e Alemanha destinam grandes percentuais do orçamento anual para a educação. A experiência vivida pelos grandes países: Japão e Alemanha, graças à estrutura educacional inovada, após a segunda guerra mundial, implantando o ensino profis-

sionalizante, no segundo grau resultou no rápido e estrondoso progresso.

O investimento na educação não é no aumento quantitativo de escolas e-números de vagas nas mesmas, mas sim, no professor, no aluno e nos instrumentos indispensáveis ao processo educativo.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Porém, não é qualquer tipo de educação que contribui para um retorno de capital gerador de riqueza e desenvolvimento. Somente aquela educação que faz uma previsão das necessidades de mão-de-obra qualificada, é o elemento essencial para determinar áreas prioritárias.

Nesta hora tão aflitiva da economia paranaense, quando as famílias desesperadas clamam pela ajuda prematura dos filhos com uma parcela no orçamento familiar.

Quando os cruzeiros são contados e recontados para comprar o pão de cada dia, não é hora para aventuras educacionais.

É hora de apelar para o bom juízo, é hora de apelar para o bom senso, reunir a parcela de experiências acumuladas e somar com os acertos para objetivar uma verdadeira educação profissionalizante, uma educação que nos liberte do jugo da economia de periferia: porque quer os senhores queiram ou não, a verdade é uma só, no Brasil, somos escravos de uma economia satélite das grandes economias mundiais.

Queremos e clamamos por uma educação libertadora e devemos dizer não à educação de capacho que só nos escraviza. Não queremos uma educação decidida por uma cúpula administrativa, vinda de cima para baixo.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

O nosso apelo, o nosso chamamento ao engajamento do povo dos segmentos representativos da sociedade, das empresas, dos pais de famílias, das mães de famílias, dos consumidores da educação, os alunos do segundo grau, para que digam livremente qual a educação que lhes convém.

Se a hora é de aflição, desespero e economia só podemos dizer não ao ensino propedêutico que ameaça os nossos filhos e a nossa economia, por não fornecer formação profissional alguma para os nossos jovens adolescentes. É hora de pôr os pés na terra para pensar e repensar a educação, questionando suas bases e seus fins para uma proposição da educação que queremos para nossos filhos.

Perguntamos ao Senhor Governador José Richa, é isso que chamam de DEMOCRACIA PARTICIPATIVA? É isso que o senhor chama de AUSTERIDADE?

Responderão os senhores conselheiros da Educação e a Secretária de Estado da Educação, pelos problemas que conseqüentemente acarretarão dessa atitude ANTI-DEMOCRÁTICA E PERDULÁRIA?

ANTI-DEMOCRÁTICA quando analisamos que foi decidida por uma cúpula que detém um poder dominante nas mãos, sem consultar, o consumidor: o povo.

PERDULÁRIA do ponto de vista de não ser geradora de riqueza e retorno a curto e médio prazo, da verba investida no processo do ensino propedêutico.

E ainda não beneficiar a economia, no ponto nevrálgico da questão, no orçamento familiar, analisando o ensino propedêutico veremos que acarretará grande marginalização educacional, muitos tombarão na corrida, devido à necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

SURGIRÁ UM CONGESTIONAMENTO nas portas da universidade, por todos aqueles que com muitas lutas e sofrimentos chegaram até lá, A EMPRESA TOMARÁ A SEU CARGO A PROFISSIONALIZAÇÃO de seus futuros funcionários. A ESCOLA DE SEGUNDO GRAU, voltando-se para o propedêutico, PASSARÁ O ATESTADO DA SUA PRÓPRIA INCAPACIDADE de acompanhar e entrosar com o desenvolvimento econômico do Estado.

Na Lei n.º 5692/71, o ensino de segundo grau foi planejado partindo do princípio de que todos num País como o Brasil, devem chegar à idade adulta com preparo para o trabalho ou com uma opção de estudos claramente definida. O ensino no segundo grau deve objetivar: educar integralmente valorizando o trabalho que se inclui entre os problemas fundamentais do homem, tal como as técnicas de vida, convívio e sobrevivência.

O QUE FAZER — está escrito no discurso da Lei n.º 5692/71 O COMO FAZER: fica por conta da criatividade do bom senso e da ação do professorado e dos responsáveis da educação.

As intenções explícitas da política educacional do segundo grau profissionalizante visam a necessidade da formação de recursos humanos, qualificados a nível técnico, hoje solicitados pelo mercado de trabalho. Pensamos que a solução em nossas escolas não está em voltar ao ensino propedêutico, muito menos continuar funcionando, nas condições precárias como está acontecendo.

Temos que ofertar melhores condições, forçar uma reformulação no que já foi trabalhado e implementar o ensino profissionalizante, porque somas vultuosas, foram dispendidas em formação e reciclagem de recursos humanos.

É chegada a hora de colocar o elemento certo no lugar certo: é imprescindível escolher pessoas certas, para dirigir nossos estabelecimentos de ensino, pessoas com capacidade de liderança administrativa, de muita fibra, com o espírito de luta, dedicação, muito amor e interesse no bem-estar de nossos alunos.

Devido à abertura da Lei n.º 5692/71, poderá ser colocado na prática, o método de cooperação educativa, onde através de convênios entre escola e empresa (de pequeno e grande porte) atuam em cooperação na elaboração de planos de treinamento em serviço, para o estudante de acordo com a ocupação escolhida, o aluno aprende na escola matérias de educação geral e as teóricas relacionadas com o trabalho. Na empresa aplicará os princípios teóricos estudados, diretamente no trabalho, próprio à ocupação na qual será habilitado.

A cooperação educativa pode, se assim o quiserem educadores e empresários efetivar a eficácia da ação do ensino profissionalizante sendo ambos beneficiados na recíproca da Lei n.º 6297/75.

#### LEI N.º 6297/75

Dispõe sobre a dedução de lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional.

Fazendo uma retrospectiva em nossas escolas que oferecem o ensino profissionalizante, observamos que nos lugares onde deveríamos encontrar professor com formação específica lecionando, encontramos professores completamente despreparados, incapazes de ministrar aos alunos um adequado conhecimento. Talvez esta disparidade, seja causada pela agonia de completar seu número de aulas; não medindo as consequências, que tal atitude acarretará para o ensino.

Voltar ao ensino propedêutico, visar as portas da universidade, resultam de uma visão utópica da educação, resultante de pessoas que ao deterem um poder dominante nas mãos, sonham em reformar a educação sem ter os pés na terra, sem analisar a realidade brasileira, sem levar em consideração que a educação é agente e paciente da conjuntura sócio-econômica de um País.

Perguntamos onde ficarão os noventa e cinco por cento dos alunos sem condições sócio-econômicas para cursarem uma universidade? Ficarão marginalizados?

Sem uma profissão garantindo a própria sobrevivência sem concorrerem para o progresso nacional?

Vitimados por mais um erro cometidos pelos responsáveis pela educação?

Quem responderá pelo hiato que isto irá representar na economia do Estado e conseqüentemente das famílias? E essas famílias irão comer letras? Humanismo? Ou racionalismo acadêmico?

É preciso que reflitamos, é necessário que os responsáveis pela educação, a sociedade e nós os legisladores, nos unamos e olhemos o interesse prioritário que é a educação dos filhos do nosso povo paranaense.

A sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho de quinta a oitava séries no primeiro grau; cursos profissionalizantes no segundo grau devem e precisam ter continuidade, pois, é um plano educacional viável e próprio ao nosso sistema econômico.

Devemos deixar bem claro que o ensino de segundo grau profissionalizante tem duas opções:

A TERMINALIDADE com um curso técnico para o ingresso no mercado de trabalho.

A CONTINUIDADE: o indivíduo mesmo com o diploma de técnico de nível médio, poderá continuar seus estudos, ingressando em uma universidade.

Não devemos esquecer que toda a sociedade é uma ordem dinâmica que necessita de todos os elementos necessários para a sua funcionalidade.

Concluindo, repito as palavras do saudoso estadista John F. Kennedy: "Podemos dizer com segurança que, ainda que as crianças possam ser vítimas do destino, não podem ser vítimas de nossa negligência".

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Gostei da autocrítica de Vossa Excelência quando citou países da Europa, onde a Educação realmente é um tratamento, mas o Governo de Vossa Excelência, este Governo militar, esta ditadura militar que está implantada neste País, esse Governo é o responsável, porque em 1965 o orçamento da Nação especificava doze por cento para a Educação e no ano passado, menos de quatro por cento.

Então o responsável, inclusive pelo acordo MEC-USAID é o seu Governo, nobre Deputado. E Vossa Excelência dizia que somos escravos da economia mundial. Nós somos escravos sim, de um Governo irresponsável, incompetente, anti-nacional, e que mais cedo ou mais tarde o povo brasileiro há de arrancar este Governo de Brasília; esse regime militar que está açoitando, marginalizando, humilhando esta grande Nação. Eu gostei da autocrítica, pena que só agora, passados dezenove anos, é que Vossa Excelência resolve falar.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Respondendo à crítica construtiva do nobre Deputado Fiori Luiz, eu desejo esclarecer a Vossa Excelência, que a Educação no Brasil foi implantada em diversas épocas. Na fase de 1930 a 1945 pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas, onde, naquela época, ele próprio criou o Ministério da Educação. Houve outras alterações no processo educacional de 1945 a 1964, e 1964 a 1975, e no entanto nobre Deputado, nós reconhecemos que erros se cometeram, mas persistir no erro não devemos e devemos corrigi-los.

Eu agradeço o aparte construtivo de Vossa Excelência.

O Sr. Márcio Almeida — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Senhor Deputado, nós ficamos satisfeitos por ver o senhor abordar, nesta tarde, um tema de tão relevante importância como a Educação. O senhor faz uma análise e contrapondo o ensino profissionalizante ao ensino propedêutico e eu confesso que, inclusive, conversando com alguns companheiros presentes, a conceituação de ensino propedêutico, eu gostaria que o senhor pudesse, se pudesse nos esclarecer sobre os fundamentos e de que forma esse ensino propedêutico, na realidade do Brasil de hoje, o senhor vê como uma possibilidade.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu quero responder ao nobre Deputado que no meu próprio pronunciamento in-

cluído, o Senhor verá o significado do ensino propedêutico e o profissionalizante.

**O Sr. Caíto Quintana** — Permite um aparte, Deputado. (Assentimento).

O senhor, me parece que ficou nos devendo a definição do ensino propedêutico, não deu para se entender o que é na realidade que o senhor está pregando. Gostaria que nos traduzisse, na verdade, porque o que se tem hoje de Escola Normal é um Colégio Profissionalizante, o Curso Técnico de Contabilidade é profissionalizante. Então, o ensino propedêutico, por favor.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Nobre Deputado, como Vossa Excelência deve saber, a Secretária de Educação do Estado do Paraná não discute a norma no sentido de fazer com que a Lei 5692...

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — A Presidência informa a Vossa Excelência que está encerrado o horário que lhe é destinado e consulta à Liderança do seu Partido se fará uso do seu horário.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Vossa Excelência gostaria de continuar por alguns minutos, senhor Deputado? Concedo cinco minutos do horário da liderança ao Sr. Deputado Francisco Escorsin.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Portanto, cinco minutos para...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado Escorsin. Eu queria só um aparte para poder responder, que Vossa Excelência me desse um aparte, por gentileza. (Assentimento).

Vossa Excelência foi aparteado pelo brilhante Deputado da bancada de Oposição, mas nós entendemos o seu discurso, a sua orientação, o que Vossa Excelência quer dizer... agora quem não entende devia pelo menos vir para os bancos estudar...

**O Sr. Fiori Luiz** — Nobre Deputado, explica para a gente.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência... senhor Deputado, discurso paralelo é bonito. Vossa Excelência falou claro. Agora é como dizia o caboclo: "Eu falo com quem me entende e monto em quem me aguenta". Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Nobre Deputado, ensino...

**O Sr. Fiori Luiz** — Ensino propedêutico, a tradução...

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — O ensino de segundo grau, ele é profissionalizante e é propedêutico. Já na Lei 5692 de 1971...

**O Sr. Fiori Luiz** — O Professor Odeni poderia ajudá-lo...

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — ... onde alterou a estrutura educacional, a introdução...

**O Sr. Odeni Mongruel** — Deputado Francisco Escorsin, eu gostaria de um aparte, por gentileza.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Onde introduziu o ensino profissionalizante. O ensino profissionalizante, não quero dizer com isto, nobre Deputado, que seja...

**O Sr. Fiori Luiz** — Deputado Francisco Escorsin, eu gostaria de ter "luzes" do professor Odeni Mongruel...

**O Sr. Odeni Mongruel** — Eu solicitaria ao Sr. Deputado Francisco Escorsin que me concedesse um aparte. (Assentimento)

Apenas para observar a respeito das indagações que foram feitas a Vossa Excelência com relação aos aspectos diferenciais entre ensino propedêutico de um lado e ensino profissionalizante de outro. O ensino profissionalizante, como o próprio nome está dizendo, objetiva a preparação de profissionais para atuarem em diferentes setores de atividade a nível de segundo grau, enquanto que o ensino propedêutico tem uma finalidade específica: preparar o estudante para estudos superiores. Então dá ao estudante, a nível de segundo grau, o embasamento científico suficiente para o desenvolvimento no âmbito da Universidade, a nível de ensino superior e de outras profissões de ter-

ceiro grau. Então a diferença fundamental é exatamente esta para ser bastante objetivo: de um lado o ensino profissionalizante desde o segundo grau oferece ao estudante a oportunidade de, através de conhecimentos aferidos, buscar imediata colocação no mercado de trabalho, desenvolvendo as mais diferentes atividades pelas quais venha por optar. De outro lado, o ensino acadêmico, o ensino propedêutico que prepara o estudante para ciclos ulteriores, isto é, a nível de segundo grau, o estudante recolhe conhecimentos, auferir conhecimentos para uma vez ingressando na Universidade desenvolver, aí sim, estudos de terceiro grau no sentido de obter uma profissão de nível superior e de duração plena.

**O Sr. Fiori Luiz** — A nossa bancada agradece, tratar com quem entende é outra coisa.

**O Sr. Caíto Quintana** — Eu gostaria de um aparte, nobre Deputado.

(Assentimento)

Pela explanação do Deputado Odeni Mongruel de que o ensino propedêutico prepara com maior abrangência o estudante para o ensino superior, me parece que determinadas indagações no seu pronunciamento ficam no vazio. Vossa Excelência no decorrer de seu pronunciamento, perguntava onde ficam os quarenta e cinco por cento que não conseguem chegar na Universidade. Então se a preparação for para o curso superior, me parece que na Educação comentamos muito em torno do assunto que deveria ser atacado em bloco por todos os partidos, por todas as correntes e segmentos sociais. O grande problema da Educação no Brasil não podemos esconder que é a privatização do ensino, o custo do ensino superior que está afastando os estudantes. Afastou a classe pobre e está afastando a classe média, que não consegue mais chegar nas faculdades. Não consegue, em muitos e muitos locais, acabar o segundo grau, porque estamos retirando, do Orçamento da União, cada vez mais a participação do Governo no ensino do povo.

Se o seu pronunciamento teve nesta tarde o objetivo de somar coro com as vozes que estão pleiteando a participação mais direta do Poder como responsável pelo ensino da Nação...

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** (Fas soar os tímpanos)

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Cinco minutos.

**O Sr. Caíto Quintana** — Permite-me complementar?

(Assentimento).

Aplauzo e me solidarizo, porque este é um grande problema nacional e temos encontrado nos gabinetes, temos encontrado naqueles que nos procuram, a dificuldade do jovem de hoje, do estudante de hoje, poder pagar a sua Universidade, a sua Faculdade, por curso qualquer que seja.

Neste sentido acho importante, porque temos que preparar a geração brasileira com condições de enfrentar as condições de desafio que o mundo está nos trazendo.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Agradeço o aparte do ilustre Deputado, que é construtivo e salutar. No entanto, desejo esclarecer que a tribuna hoje foi utilizada com o objetivo de alertar a comunidade, as autoridades educacionais e contestar o Conselho Estadual de Educação, a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, no sentido de que o ensino profissionalizante, cuja intenção já demonstrada pela Digníssima Secretária, seja no sentido de extingui-lo. É uma verdadeira injustiça que vamos praticar.

Entenda nobre Deputado que, só em Curitiba, estão radicadas 450 mil pessoas vindas de todos os recantos do País, sem uma qualificação profissional. O velho, como já disse em meu pronunciamento, serve como vigia noturno; suas filhas como domésticas; seus filhos como auxiliares de construção. É um verdadeiro crime que praticamos e que o Brasil praticou, contra esta pobre gente que não teve as condições sócio-econômicas de pelo menos cursar um ginásio, um segundo grau profissionalizante, para ter uma profissão, para no mínimo poder sobreviver, criar e educar suas famílias.

Este é o sentido de meu pronunciamento. Alertar as autoridades educacionais. Que pensem, que reflitam, antes desta decisão. Que o Paraná reclame seu pouco; que o segundo grau profissionalizante deve ser ampliado, deve ser melhorado, para que toda a população paranaense possa se beneficiar.

**O Sr. Fiori Luiz** — Permite-me um aparte? (Assentimento)

Acredito que se o vaticínio de Vossa Excelência, o pronunciamento antes do recesso de que quando Vossa Excelência comparou o Governador José Richa ao ex-Governador Haroldo Leon Peres, vamos torcer para que esteja errado e de que o Governador José Richa possa cumprir os quatro anos. Talvez ele tenha a sensibilidade, como terá, para este assunto que Vossa Excelência levanta da tribuna.

**O SR. FRANCISCO ESCORSIN** — Nobre Deputado, não comparei José Richa ao ex-Governador Haroldo Leon Peres. Dizia eu, em meu pronunciamento que os dias vividos naquela época eram idênticos à época de hoje, onde reinava a intranquilidade, onde reinava a verdadeira injustiça. Acredite, nobre Deputado, não é nosso desejo que isto aconteça. Queremos o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado.

E aqui, embora como Deputado da Oposição, e queira o senhor, nobre Deputado, não me criticar, por não usar a tribuna por dezenove anos, porquanto que os meus mandatos foram exercidos com dignidade, com eficiência e com honorabilidade. Um simples funcionário fazendário, um simples homem sem posse, quantas derrotas infringi a grupos econômicos, a candidatos que economicamente nos assustavam. Isso se deve a um trabalho anônimo, que um pobre funcionário público que dedicou-se de corpo e alma ao interesse de suas regiões, ao interesse do Paraná. E acredite, nobre Deputado, são testemunhas aqui muitos veteranos, entre eles, o Deputado Anibal Khury e os grandes oradores, os grandes tribunos, da Assembléia Legislativa do Estado, nunca nenhum se reelegeu, a qualquer eleição concorrida. E quero dizer ao Senhor, Deputado que me apartei, já por quatro legislaturas, conservo a minha votação, que sempre tive, como nesta eleição, com este vendaval e este terremoto havido, conservei. Conservei a votação que tive, na eleição anterior. Isto se dá ao trabalho que desenvolvo, em favor do Paraná, em favor de sua gente, e tenho a consciência tranquila, nesses trinta e nove anos de vida pública; 24 anos de mandatos eletivos; 21 como Deputado Estadual e três como Prefeito Municipal de Assaí. Não tenho escrúpulos em dizer que tenho a consciência tranquila e que cumpro com o meu dever. Sempre optei, sempre conservei a humildade e a modéstia, características herdadas de meus queridos pais. Procuro trabalhar, procuro servir o Estado e meus semelhantes, no anonimato. Não procuro aparecer em manchetes jornalísticas.

É por isto que quero, nesta oportunidade, repudiar a sua afirmativa acusatória, de minha negligência de não ocupar a tribuna em dezenove anos. Quero afirmar, porém, que o meu trabalho foi mais eficiente do que ocupar esta tribuna todos os dias na Assembléia Legislativa do Estado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Restam 18 minutos.

No horário da liderança do Partido Democrático Social, fará uso da palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo solidarizar-me com o pronunciamento feito pelo eminente Deputado Francisco Escorsin, nesta tarde. Pronunciamento este, fruto da vivência do homem público. Pronunciamento feito em razão do conhecimento que o Deputado Francisco Escorsin auriu na universidade da vida e dedicação cotidiana no exercício de seu mandato Parlamentar.

Fez, Sua Excelência uma abordagem do problema educa-

cional, com a sinceridade que é característica da sua vida pública; com a acuidade que lhe deu a condição de Presidente deste Poder, que foi um dos mais brilhantes Presidentes desta Casa. E fez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o sentimento da Democracia nas suas palavras. Da Democracia que exige a Educação como o diálogo permanente que liberte o homem e não a Educação como um instrumento de doutrinação ideológica que caracteriza alguns dos pseudos educadores pemedebistas deste Estado.

Tenha Vossa Excelência, Deputado Francisco Escorsin, a certeza, de que a sua vida pública contribui muito para deixar marcas profundas na história político-administrativa do nosso Estado e não será, por certo, alguém menos preparado que Vossa Excelência, na tentativa solerte e própria dos que desconhecem que não terão a possibilidade de enegrecer o seu passado e o seu presente de homem público.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nós agradecemos a Vossa Excelência de estar pondo em cheque o discurso do Deputado Francisco Escorsin que só tem enobrecido, tem nos orientado e tem pautado pelo trabalho do bem-estar do Paraná e de sua gente.

Agora, analisando e pensando no adágio árabe, nós devíamos pensar aos que atacam o Deputado Francisco Escorsin de dizer aquilo que o adágio popular árabe fala "enquanto os cães ladram a caravana passa".

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e desejo comunicar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e à imprensa do nosso Estado, que estou encaminhando à Mesa da Assembléia Legislativa, a indicação dos Deputados do PDS, para comporem a Comissão de Inquérito, para analisar possíveis atos de irregularidade, de corrupção praticados no Estado do Paraná.

Farão parte em nome do nosso partido os eminentes Deputados: Tércio Albuquerque, Airton Cordeiro, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Jorge Maia, Augusto Carneiro, na condição de titulares; e na condição de suplentes os nobres Deputados Erondy Silvério, Gilberto Carvalh, Odeni Mongruel e Ivan Gubert.

A par desta comunicação, desejo comunicar à Casa, que ainda nesta semana, farei discurso analisando as perseguições do mês do recesso, as demissões injustificadas que o Governo, que se dizia democrata e não perseguidor, efetuou pelo Paraná afora. São mais de quatro dezenas de ilustres médicos do Paraná, ex-prefeitos municipais, ex-fundadores de cidades que foram sumariamente despedidos, após quinze ou dezesesseis anos de função, para atender os apetites eleitorais do engodo pemedebista do Paraná.

Em razão disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PDS irá cohrar a promessa do então Senador José Richa, que em discurso no Senado, defendia a estabilidade para os funcionários celetistas. Dizia Sua Excelência naquela ocasião: a estabilidade se não é um direito estabelecido na lei positiva, é um direito social do trabalhador.

Mas, agora no Governo do Estado o que verificamos é a demissão e a perseguição a mais de um milhar de funcionários públicos estaduais celetistas. Funcionários que ganham, alguns um salário e meio de remuneração. E outros que ao longo de suas vidas ajudaram a distribuir saúde à população paranaense.

Mas, não bastam as perseguições de antes de julho. Era preciso usar também o recesso parlamentar para que médicos como Flávio Acorsi, ex-prefeito de Loanda; Oni Cardoso, ex-prefeito de Castro; Dr. Viana, médico pioneiro do sudoeste; Adão de Freitas, o primeiro médico de Pato Branco e tantos outros, fossem exonerados pelo Secretário da Saúde Pública que ao mesmo tempo que exonera médicos, pede a contratação de sua

senhora, a D. Regina, para trabalhar no SINE, e ela não vai um dia sequer exercer o seu trabalho, transformando-se a Excelentíssima Senhora esposa do Secretário da Saúde Pública, numa das fantasmas do Governo participativo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a bancada do PDS irá apresentar, ainda nesta semana, projeto de lei visando dar estabilidade aos funcionários celetistas com mais de dois anos no Estado do Paraná. Poderia haver a pergunta, se é constitucional ou se esta Assembléia tem poder para tal.

Eu quero lembrar a esta Casa que o Governo Ney Braga, através de mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, deu estabilidade a mais de onze mil professores suplementaristas deste Estado, os antigos professores celetistas do Paraná.

E não me pedia de nenhum professor, atestado ideológico ou ficha partidária.

É isso que o Paraná precisa ouvir. É isso que o Paraná não pode mais admitir, um governo de perseguição, de ódio, de discriminação política.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, iremos ainda nesta semana, apresentar este projeto para dar segurança e tranquilidade aos funcionários regidos pelo regime de CLT.

E gostaria agora, Sr. Presidente, nos minutos que me restam, fazer uma análise a respeito do tão decantado plano de Governo do senhor José Richa. Governador eleito há mais de oito meses, já no poder e no Palácio Iguazu, dividindo seu tempo entre as salas de ar refrigerado do palácio e as mordomias da Granja do Canguiri.

O Governador José Richa há quatro meses no poder, ainda não trouxe ao conhecimento do povo do Paraná o seu plano de governo.

Mas, o jornal "Gazeta do Povo" publica de que o plano está sendo discutido reservadamente, como se o plano não interessasse a mais de sete milhões de paranaenses.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permite.

O Sr. Caíto Quintana — Acho que em determinados momentos, Deputado Luiz Alberto Oliveira eu admiro o seu posicionamento como líder do PDS, mas, expressões como "ficar em ar refrigerado e Granja do Canguiri", é coisa normal num palácio que já tinha ar refrigerado e a Granja já existia. Portanto, obsoletos seriam que ficassem desligados, se é que são ligados nessa hora, e nenhum palácio e nenhum Governador, nem do PMDB nem do PDS, em momento algum iria deixar disso.

Agora, quanto ao plano de trabalho, aliás o seu gabinete de líder do PDS deve ter ar condicionado e nem por isso o senhor mandou tirar de lá.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não sou Deputado do PMDB e nem sou líder do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana — O senhor está entrando num Gabinete novo, provavelmente vai pedir. Deputado Luiz Alberto Oliveira, o plano do Governador José Richa, foi anunciado a semana passada, numa concentração em Medianeira, que será plenamente discutido com toda a comunidade paranaense, para que se possa sentir a necessidade desse Estado.

Mas, para a elaboração desse plano de Governo foram consultados segmentos da sociedade. As entidades representativas ofereceram sugestões e evidentemente, após compilado, será discutido com a comunidade paranaense, porque o Governo do Estado do Paraná se mantém no propósito de um governo participativo, embora a Bancada do PDS tente ridicularizar este termo, é evidente que a Bancada do PDS não concorda com isso, mas o povo paranaense continua ao lado do seu Governador que elegeu no dia 15 de novembro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana, ele que tem um IBOP particular que eu confesso, não possuo, e pelas pesquisas que faço, realmente o povo do Paraná não está satisfeito com a inação, com o imobilismo e com a falta de cumprimento das promes-

as por parte do Governador José Richa. Por outro lado Vossa Excelência não vai entender mal as colocações que fiz. Realmente o Governador José Richa passa a maior parte de seu tempo no Gabinete do Governo do Estado, no ar condicionado do Gabinete do Governador do Estado, e na Granja do Canguiri.

Aliás, na Granja do Canguiri onde reside, pagando água, pagando luz, Vossa Excelência sabe disso, o Paraná inteiro sabe quanto custa a manutenção de uma casa governamental.

Ora, isto não é segredo para ninguém, Deputado, qualquer operário, até os operários que o Deputado Roberto Requião quer dar terreno do Estado, desconfiando da atuação da Prefeitura e do Governo do Estado sobre o bom uso desses terrenos, até esse operário tem de pagar do seu bolso, a sua residência, e o Governador do Estado não precisa, porque não paga aluguel.

Vossa Excelência, que é Deputado do Sudoeste, deve estar pagando por volta de cem mil cruzeiros, o aluguel de uma residência no Paraná, e em Curitiba. Isto não é mentira, o Paraná sabe, o Paraná está verificando, o Paraná conhece; e por outro lado, nobre Deputado, não sou eu quem diz que o plano de Governo é reservado, é o tradicional matutino paranaense "Gazeta do Povo", é um plano tão reservado, nobre Deputado, que já é invisível aos olhos do povo. Como admitir que um Governador de Estado assuma, e não tenha plano de trabalho? Que demore seis meses para trazer a ampla discussão de uma democracia participativa? Ora! nobre Deputado, na verdade, isto é querer forçar o raciocínio, é querer ser mais governista que o Governo, é querer ser mais realista que o rei. Não há dúvida, Deputado, que são sete milhões de paranaenses querendo saber qual é o plano de Governo, e dizendo: Governador José Richa, pare, pare com perseguição, pare com demissões na Secretaria de Agricultura, de pessoas que têm Mestrado e Economia Rural! Mais de 100 funcionários! Tem aqui, dados, nobre Deputado, permito-me ler, para o conhecimento de Vossa Excelência. A estrutura da Secretaria da Agricultura está acabada, foi montada pelo ex-Governador Jaime Canet Júnior, era considerado uma das estruturas modelares em termos de pesquisa, em termos de assistência ao homem do campo; neste Governo, mais de cem técnicos demitidos, rebaixados nos seus salários, para serem contratados outros técnicos sem o mínimo conhecimento técnico da questão. Por isto, nobre Deputado, é que Vossa Excelência, tão cuidadoso em defender o Governo, leve o apelo do Paraná ao seu companheiro de partido: Governador José Richa, pare de perseguir, e comece a trabalhar! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nobre Líder do PDS acabou de informar à Casa, a constituição dos membros da CPI da Corrupção.

A Liderança do PMDB tem a informar que o nosso Líder, Deputado Nilso Sguarezi, comunicou à Presidência da Casa, os membros titulares e suplentes, da CPI da Corrupção: o nosso nome, Sabino Campos, Fiori Luiz Malaguido, Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, José Fonseca, Márcio Almeida, os titulares; os suplentes: Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Sérgio Spada, Tadeu Bento França, Mário Pereira, Homero Oguido, Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinato.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A Nação brasileira de há muito vive os dias mais negros da sua História; a fome e a miséria batem às portas de milhões de brasileiros, irmãos nossos que não marginalizados, esquecidos, isolados de qualquer participação, sem vez, sem voz e quase

sem esperanças.

A cada dia que passa aumenta o número de desempregados e sub-empregados; as pequenas e médias empresas, sufocadas por uma carga tributária insuportável e sem incentivos por parte do Governo Federal, são vítimas das falências e concordatas.

A grave crise começa a atingir grandes empresas genuinamente nacionais, que já começam a pedir concordatas preventivas, sufocadas que são, por uma política econômica voltada exclusivamente para as empresas transnacionais, e grupos financeiros que dominam o País.

Tivemos o exemplo das empresas Matarazzo que, não suportando o estrangulamento, pediu concordata.

O trabalhador brasileiro, totalmente descapitalizado, não pode vislumbrar dias melhores para os seus familiares. Não obstante tudo isso, no último dia 13 de julho, o General Presidente João Figueiredo, antes de sua viagem aos Estados Unidos para tratamento de saúde, após reunir o Conselho de Segurança Nacional, assinou o decreto-lei sufocando ainda mais o sofrido operariado nacional, limitando os aumentos salariais a oitenta por cento do INPC.

O Decreto-Lei estabelece ainda que em casos de força maior, ou de prejuízos comprovados que acarretem crítica situação econômica e financeira a empresa, será lícita a negociação da correção salarial. Como podemos perceber, nunca se toma uma medida para proteger o trabalhador, mas sim para descapitalizá-lo ainda mais.

Na referida reunião o próprio General Presidente deu testemunho da crise porque passamos ao enfatizar que momentos difíceis, decisões amargas, muito esforço e sacrifício já foram despendidos pela sociedade brasileira. Não obstante, enfatizava o Presidente, a crise persiste, se agrava interna e externamente.

"O momento é crítico, a economia está combalida". São palavras do próprio Chefe da Nação, reconhecendo a falência do modelo econômico implantado há quase duas décadas e que traz intranquilidade e insegurança a todo o povo brasileiro.

O "pacote econômico" que o Governo anunciou no último dia 13 de julho, segundo relatório reservado número 868, ia ser muito mais drástico do que o adotado. Ele deveria, segundo aquele órgão de informação, incluir a decretação do — estado de emergência — para todo o País, o que abria a possibilidade de censura à imprensa. O fim do reajuste semestral dos salários, o racionamento dos derivados de petróleo, a proibição de utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para pagamento das prestações de casa própria e cortes drásticos nos gastos das estatais e, se necessário, demissões de pessoal.

**O Sr. Roberto Requião** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência está descrevendo a estranha história da incompetência do Governo e do Regime. Quando tomamos conhecimento desses fatos, não só pelo discurso de Vossa Excelência, mas pela própria realidade que vivemos no Brasil, podemos sentir a dimensão da agressão que o Líder do PDS faz à população brasileira, no momento em que utiliza a tribuna, para, exercitando o seu "animus jocandi", a sua vontade galhofeira, se referir aos gastos de água e luz do Governador José Richa. Não está o Deputado no exercício do seu "animus jocandi", o Deputado Líder do PDS, fazendo pouco e exercitando mal o seu tempo na tribuna da Assembléia, mas está debochando do conjunto da população brasileira, está debochando da inflação, do desemprego, dos salários baixos e da dívida externa, brincando na tribuna, no exercício da Liderança do Partido do Governo Federal e do regime, brincando com o conjunto da população que sofre de maneira extraordinária com a incompetência do Partido do Líder do Governo e do regime. Situações como essa, eu pensava, Deputado Rubens Bueno, que neste segundo período le-

gislativo do ano de 1983 não mais ocorreriam nesta Casa.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. RUBENS BUENO** — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

"Tal pacote engendrado por Delfim Neto chefou a obter o consenso dos Ministros militares impressionados com o quadro pintado pelo maquiavélico Ministro. Após a sua viagem a Londres — aquela sinistra viagem —, na qual se encontrou com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Reagan. Vejamos, sucintamente, alguns tópicos do pacote que Delfim Netto queria impor à Nação brasileira:

#### 1 — Decretação do estado de emergência em todo o País.

A pura e simples decretação do estado de emergência — nos moldes em que se cogitava —, seria mais uma afronta à nossa Carta Magna, tantas e tantas vezes respeitada em nome da Segurança Nacional.

Foi feito, preceitua o artigo 158 da Constituição Federal, "o Presidente da República, ouvido o Conselho Constitucional, poderá decretar o estado de emergência quando forem exigidas providências imediatas em caso de guerra, bem como, para impedir ou repelir as atividades subversivas", a que se refere o artigo 155.

**O Sr. Roberto Requião** — E o PDS se preocupa com a conta de água do Governador José Richa, Deputado.

**O SR. RUBENS BUENO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a única guerra que a Nação brasileira empreende, é a guerra contra a fome, contra a miséria, o desemprego, a corrupção, o analfabetismo e o baixo padrão de vida. E a única arma para se sair vencedor nessa guerra, é a dignidade e a competência administrativa. Por outro lado, as únicas atividades subversivas, neste País, são praticadas pelos detentores do poder que praticam uma política econômica entreguista, comprometendo a própria soberania nacional.

#### 2 — Fim do reajuste semestral dos salários.

O sofrido trabalhador brasileiro já descapitalizado o seu salário, se viesse à tona tal pacote, sofreria o mais duro de todos os golpes. Com uma inflação galopante, sem os reajustes semestrais, ficando tais reajustes a critérios estabelecidos pelo receituário do Fundo Monetário Internacional, — o trabalhador aí passaria ao regime de servidão em prol do enriquecimento dos banqueiros internacionais e de empresas alienígenas.

**O Sr. Roberto Requião** — E o PDS, Deputado, se preocupa com o ar condicionado do Palácio Iguaçu.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. RUBENS BUENO** — Logo em seguida.

#### 3 — Racionamento de combustível.

Tal medida afetaria drasticamente a economia nacional e semiparalisaria o País. Afinal, as indústrias, os transportes, seriam duramente afetados, aumentando destarte, os custos do transporte e o desemprego e fomeptando a recessão.

#### 4 — Proibição da utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para o pagamento das prestações de casa própria.

Com os aumentos destas prestações, na ordem de cento e trinta por cento ao ano, muito além dos reajustes semestrais, a utilização do fundo de garantia para auxiliar no pagamento destas prestações, ameniza em parte os reajustes faraônicos impostos pelo famigerado BNH.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência me pediu um aparte e com muito prazer darei, em seguida, nobre Deputado.

A proibição da utilização do FGTS, para tal finalidade, além de ser uma afronta aos trabalhadores, deixaria à mercê do governo, para aplicações em obras faraônicas é o fomento da agiotagem oficial do suado dinheiro do trabalhador.

Além do mais, fortaleceria ainda mais o sistema bancário, verdadeiros comandantes da nossa economia e verdadeiras sangrias das nossas finanças.

5). Cortes drásticos nos gastos das estatais, incluindo aí, demissão de pessoal.

Os gastos das empresas estatais devem, efetivamente, ser controlados pelo Poder Executivo, no que tange a malversação do erário público, fruto de pesados tributos impostos à Nação. No entanto, a folha de pagamento de trabalhadores honestos, empenhados na construção deste País, não representa o peso maior nos gastos das estatais.

O que verdadeiramente onera tais empresas são os cargos fantasmas e os empregos eleitoreiros, além do parentesco político que envergonha os brasileiros e institucionaliza a corrupção.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seriam as consequências drásticas que estavam sendo reservadas para o Brasil. Poderíamos hoje estar vivendo momentos de profunda convulsão social provocadas por pessoas que não estão comprometidas com o povo brasileiro.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência faz uma análise no plano nacional da grave situação econômica brasileira e, apesar de discordar de algumas colocações de Vossa Excelência, também esta bancada compartilha com Vossa Excelência e com alguns membros do seu partido de preocupações a respeito da situação nacional, situação existente hoje de uma gravidade intensamente proclamada por Vossa Excelência ao analisar os erros do Governo Federal, alguns dos quais concordo integralmente com Vossa Excelência e até acho e entendo que é direito e mais do que direito, dever do partido de Vossa Excelência revelar os erros e os equívocos governamentais especialmente na área da condução da política econômica financeira.

E Vossa Excelência para fazer a sua análise se vale do preceito constitucional de que o Congresso Nacional deveria ser ouvido, inclusive, quando da formulação do acordo Brasil-FMI.

E também valho-me da Constituição, para dizer a Vossa Excelência que, quando analisamos os problemas estaduais estamos cumprindo a lei e a Constituição que nos determina a nós, deputados estaduais, que tratemos de fiscalizar as atitudes governamentais. E aos deputados federais de fiscalizarem as atitudes do Governo Federal.

Mas gostaria de, a par de louvar a atitude de Vossa Excelência ao analisar o problema econômico e financeiro da Nação brasileira que aflige a todos nós, responder ao Deputado Roberto Requião, Sua Excelência que é conhecido hoje em Curitiba e no Paraná, como o maior empregador de órgãos públicos já existentes na história política e administrativa do Estado do Paraná, que concede emprego para todos os seus afilhados e para todos os seus apaniguados políticos, derrotados inclusive na última eleição; irmão de vereador, candidato derrotado a vereador pelo partido, companheiros políticos de Sua Excelência que estão hoje regamente bem remunerados na Prefeitura Municipal de Curitiba, alguns dos quais inclusive exonerados a bem do serviço público.

Ele realmente deve tentar desviar o foco da atenção do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal para o aspecto a nível nacional, o que creio não é o interesse de Vossa Excelência.

Mas, já que Sua Excelência jocosamente se referiu ao meu pronunciamento, vou dizer a Sua Excelência, acho que jocosamente agora, nobre Deputado, talvez seja o caso desta Assembléia fazer mais uma C.P.I., uma C.P.I. para procurar o plano de governo de José Richa, para ir atrás do plano de governo, porque não é possível o Paraná ficar sem uma diretriz governamental para o próximo período.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas recomendaria que nos apartes feitos ao assunto aqui discutido na tribuna, e quando fosse feito resposta paralela ao nosso pronunciamento, que fizesse nas explicações pessoais.

“Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, teremos homens públicos divorciados dos anseios e das aspirações populares; até quando o povo miserável e sofrido clamará por um pedaço de pão, enfrentará as filas do INAMPS, suplicará um emprego ou um subemprego, enquanto ministros fechados em seus gabinetes negociam a própria soberania nacional. Tais homens não prestam contas ao povo, e quando o povo tenta cobrar alguma coisa legítima, através de greves e paralisações, são barrados com bombas e cacetetes, seus sindicatos sofrem intervenções. Por isso, nós do PMDB lutamos e lutaremos sempre pelas eleições diretas em todos os níveis, por administradores que tenham o povo ao seu lado para aplaudi-los ou criticá-los; queremos uma Constituição decente, soberana, fruto das aspirações populares. Pois se assim não for, como já dizia Carly Lie: “pode-se arquitetar uma Constituição e até muitas vezes constituições. A tremenda dificuldade é a de arranjar homens para viverem nelas e respeitá-las.

Concedo, com muita satisfação, o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência levanta na tribuna o assunto realmente preocupante, porque o País já vive uma pré-convulsão social e revela itens do contrato com o FMI, cujo teor nós acompanhamos pelo relatório reservado e que se falava sobre racionamento de combustível, fim do Fundo de Garantia, demissões em massas nas estatais e tal.

Acho que só está faltando neste País uma nova “Carta de Intenções” do Fundo Monetário Internacional, não estamos longe disso não, onde nesta “Carta de Intenções”, o FMI passaria a exigir: 1.º) — exterminar com a classe operária brasileira, estilo Hitler, que, segundo o governo, são os responsáveis pela crise, pela inflação; 2.º) — um controle efetivo de natalidade com uma farta distribuição de pílulas, e a Rede Globo poderia se prestar a este trabalho também para que não tenhamos crianças nascidas neste País nos próximos cem anos; 3.º) — jogar as crianças já existentes, no mar.

Acho que aí o FMI teria o País sob seu controle definitivo, livre, aberto, para colocar de vez o “cabresto” nos nossos governantes e principalmente o cabresto no “trio maldito” que ele já colocou, o trio que Deus fez, o vento separou e o diabo juntou, Delfim, Langoni e Galvéas. E aí então o FMI transformaria definitivamente este País num “fundo de quintal” do imperialismo americano. Ora, Deputado, quem viver ainda verá.

O SR. RUBENS BUENO — O aparte de Vossa Excelência é muito oportuno quando fala do Fundo Monetário Internacional, enquanto o Brasil, com seus problemas internos da maior gravidade, que precisa se resgatar primeiro da questão econômica, questão social, questão política, a nível interno o Brasil joga tudo para atender aos interesses internacionais.

Com relação a isso, nobre Deputado Fiori Luiz, o FMI é o que dita as normas econômicas dentro deste País. Tanto é verdade que nós já estamos preparando uma nova “Carta de Intenções”, porque o governo brasileiro vem mentindo diária-

mente, até escrevendo carta ao Fundo Monetário Internacional...

O Sr. Fiori Luiz — Mas não é só ditar normas econômicas, estamos sob a tutela econômica, financeira, política, social, e o FMI está se imiscuindo no ventre das nossas mulheres, querendo impor o planejamento familiar, que é um eufemismo do controle de natalidade no País. Até aí nós chegamos com a omissão, com o acovardamento do Presidente Figueiredo, do regime militar de ditadura que impera neste País, há 19 anos, que entrega de bandeja esta grande Nação, a sua honra, a sua dignidade são entregues por este governo militar aos banqueiros internacionais, porque nossa economia hoje é dominada pela "Wall Street", pelos banqueiros londrinos, pelos banqueiros alemães. É lá que eles decidem o futuro desta grande Nação. Nós não passamos de "escravos" neste "fundo de quintal", nesta "colônia" dos interesses do Pentágono e da Casa Branca. Esta é a realidade.

O SR. RUBENS BUENO — Ou mais que isto. O governo do PDS transformou o Brasil num grande estelionatário perante o mundo. Emite hoje até cheques sem fundos que está pendurado no Banco Internacional de Compensações na Suíça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente.— Ao Departamento Legislativo.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção.— **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção.— **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Marcílio Bianchetti, no Município de São José dos Pinhais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Farias, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adilson Zaniolo, pessoa das mais relacionadas do Município de São José dos Pinhais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Moraes Faust, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Sil-

vério, constante do expediente, solicitando o envio de apelo às autoridades estaduais e federais no sentido de ajudar a agricultura do Município de Sengés, bem como amparar a lavoura paranaense de modo geral.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de incluir no plano de atendimento dos municípios assolados pela enchente, o Município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encaminhando o abaixo-assinado dos moradores do Conjunto Petrópolis, no Uberaba de Cima, encarecendo a instalação de um módulo de atendimento familiar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Sanepar, através da Secretaria do Interior, no sentido da ampliação de uma rede de abastecimento de água na Vila Nova Formosa, Distrito de Douradina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Sanepar, através da Secretaria do Interior, no sentido da ampliação de uma rede de abastecimento de água na Vila Carbonera, Vila União, Distritos de Maria Helena e Umuarama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a transferência para o DER da responsabilidade pela conservação do trecho de estrada que liga os municípios de Planalto e Pérola D'Oeste, passando pelo km 40, dando-se ciência do mesmo ao Sr. Diretor do DER, bem como às câmaras municipais dos referidos municípios.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de rodovia ligando os distritos de Ubaúna e Godoi Moreira, passando pela sede do município de São João do Ivaí e pelo distrito de Santa Luzia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de um escritório e um depósito de sementes certificadas, insumos, produtos veterinários, um ou dois tratores agrícolas, para atender pequenos e médios produtores rurais no município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, no sentido de que a mesma autorize a construção de um colégio de alvenaria na sede de Rondinha, no município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de um ginásio de esportes no município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o

asfaltamento da estrada que liga Porto Figueira à rodovia Icaraíma — Vila Alta.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado, através da Secretaria das Finanças, visando a instalação de uma agência daquela instituição financeira no município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à TV Tarobá do Município de Cascavel, por ser a primeira emissora do País a iniciar a campanha em prol dos flagelados das enchentes do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a implantação do ensino de 2.º Grau no Município de Quinta do Sol.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a implantação do ensino de Segundo Grau, no município de Rancho Alegre.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, viabilizando estudos para o asfaltamento da BR-158, trecho ligando os municípios de Peabiru a Terra Boa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de um posto da Cafe do Paraná no Município de Mariluz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, visando a efetivação de gestões junto ao IPE, para a criação e instalação de uma coordenação regional daquele instituto na Região Central do Paraná, com sede no município de Ivaiporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando gestões junto à Cafe do Paraná, para a instalação de uma unidade de integração dessa empresa no município de Ivaiporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando gestões junto ao Detran, visando a instalação de um posto fixo de exames psicotécnicos no município de Ivaiporã, bem como que do mesmo se dê ciência ao Sr. vice-reitor Administrativo da Universidade Católica do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando gestões junto ao DER e DNER, para a reparação da BR-466, no trecho que interliga os municípios de Manoel Ribas e Pitanga, bem como a reconstrução onde for necessário.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, no sentido de informar qual o motivo da não realização de eleição para escolha de Diretor no Colégio Dom Orione, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a criação e instalação de uma unidade veterinária no município de Barbosa Ferraz, bem como dê-se ciência do mesmo ao Sr. Prefeito daquele município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, envidando reforço policial no município de Paranaguá, bem como intervenção para proteger os pescadores na Ilha de Valadares.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo autorize a Secretaria da Educação a contratação pelo regime da CLT de professores municipais que prestam serviços nas escolas estaduais com ônus para os municípios na área de segurança nacional ao longo da Faixa de Fronteira.— Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deferido. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente. Pela forma, pela redação dada ao requerimento, não consegui entender se Sua Excelência o Deputado Gernote Kirinus pretende que os municípios fiquem com o ônus da contratação feita pelo Estado ou se esse ônus seja assumido pelo governo do Estado.

Terdo em vista a presença do Deputado Kirinus, no plenário, gostaria de um esclarecimento por parte de Sua Excelência para que nós possamos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em discussão o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Pela ordem) — Fui solicitado, Sr. Presidente, para dar esclarecimento, se Vossa Excelência me der a palavra, pela ordem, eu posso prestar o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para esclarecimento, a Mesa lhe concede a palavra.

O SR. GERNOTE KIRINUS— Agradeço. Estamos pedindo exatamente, para que as crianças, os escolares de Marechal Cândido Rondon, especificamente, Santa Helena e algumas áreas de segurança nacional, onde os prefeitos intransigentemente não aceitam a que professores municipais prestem serviço em

escolas estaduais, esta colaboração que havia sempre, esse bom entendimento que havia entre governo do Estado e prefeito municipal, que então o governador contrate essas professoras e dispense, já que há má vontade por parte dos prefeitos nomeados interventores da Área de Segurança Nacional, que então dispense esse ônus da Prefeitura e assim o governo assume por inteiro, mas que não venha amanhã ou depois se queixar da discriminação que eles mesmos estão provocando, por parte do governador José Richa, seria esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em discussão o requerimento. Encerrada a discussão, em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Senhora, Srs. Deputados.

Representantes que somos nesta Casa, de grande parcela dos municípios que compõem a Área de Segurança Nacional do nosso Estado, compareço a esta tribuna, para encaminhar votação da medida que o Deputado Gernote Kirinus, nosso companheiro de região, requer, para que Sua Excelência o governador José Richa, assuma de uma vez por todas os encargos que os nossos sofridos e pobres municípios estão na condição de não mais suportar o pagamento dos srs. professores, que atuam na rede escolar do nosso Estado.

Sabemos, e a maioria dos srs. deputados também, que os municípios do Paraná e não só da Área de Segurança Nacional, estão face o modelo econômico insuportável, face a falta de uma reformulação do sistema tributário do nosso País, a sofrer cada vez mais com os encargos que estes municípios, estão, ao longo dos anos, adquirindo para o seu sofrimento cada vez mais.

Quero aplaudir a medida do Deputado Kirinus, que, neste requerimento, muito bem baseado e ainda dando cumprimento a entrevistas assistidas pela Senhora Secretária da Educação e Cultura do nosso Estado, que os municípios do Paraná estão pagando encargos que não são seus, como também, assisti palavras do governador José Richa, em reunião que teve com os prefeitos da Amope, da região Oeste paranaense, na cidade de Medianeira, que nesta Casa, juntamente com o Deputado José Fonseca, representamos aquele município.

O governador fez ver aos prefeitos ali representados e aqueles que pessoalmente compareciam, que já neste segundo semestre deverá pagar cinquenta por cento dos encargos assumidos pelo município, no que se refere aos professores contratados pelas prefeituras e colocados à disposição da rede escolar de nosso Estado e que possivelmente, a partir do início do ano que vem, o Estado deverá assumir integralmente as despesas com os senhores professores.

Veio em boa hora o requerimento do Deputado Gernote Kirinus, que se fazia presente em Medianeira, na reunião que os senhores prefeitos fizeram seus reclamos.

Por outro lado, Deputado Gernote Kirinus, nós temos que lamentar, porque Vossa Excelência pensa apenas que são os municípios de Área de Segurança Nacional, através de seus prefeitos nomeados por lei e, não interventores como diz Vossa Excelência, que estão a reclamar esta medida.

Quantos e quantos prefeitos já declararam através da imprensa e estão fazendo através de documento, este pedido à Secretaria da Educação e ao sr. Governador. Prefeitos de todos os recantos deste Estado, do seu e do meu partido, não são apenas prefeitos de Área de Segurança Nacional.

E eu quero exemplificar o prefeito de Foz do Iguaçu, que tem à disposição do Estado, 300 funcionários, entre eles 180 professores à disposição do senhor Governador José Richa e até hoje não exonerou ninguém, não fez com que o Governador, de uma vez por todas, assumisse esses encargos.

Eu que o representei na reunião de Medianeira, lhe fiz o comunicado e a partir deste semestre que se inicia o governador pagaria cinquenta por cento do valor da folha de pagamento desses professores e o prefeito está fazendo o levanta-

mento para entregar às mãos de Sua Excelência o governador do Estado.

Não são apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os prefeitos de Área de Segurança Nacional que reclamam desta medida que é falha, que já vem do passado se arrastando e cada vez mais onerando os municípios.

Mas, não é só apenas se espelhando no passado que nós iremos corrigir o nosso futuro. Nós precisamos é todos de mãos dadas tentarmos conseguir que o governador do Estado assuma este encargo, porque nós estamos também assistindo a par disso, através das palavras do Sr. governador a impotência no momento, para que o Estado assuma estes encargos.

Nós temos que estudar, Deputado Gernote Kirinus, temos que sugerir medidas compatíveis com a realidade e com a situação econômica de nosso Estado, portanto desejo aplaudir a sua medida e, ao mesmo tempo fazer um reparo, quando Vossa Excelência refere-se apenas aos municípios de Área de Segurança Nacional, e entendo também o porquê dessa sua medida, por problemas pessoais existentes na cidade de Mal. Cândido Rondon.

E não deve Vossa Excelência se apegar apenas ao problema de um município para tentar jogar lama em todos os prefeitos de Área de Segurança Nacional, que hoje no Estado do Paraná são em número de 11, sem contar com o prefeito da capital, que também é interventor, segundo suas palavras.

A nossa bancada, além de aplaudir, ela vai apoiar o seu requerimento, mas deixa também este reparo, para que Vossa Excelência não cometa mais erros desta maneira.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tudo que o nobre Deputado Tércio Albuquerque falou, de fato é verdadeiro e diz respeito ao esforço que o governador José Richa vem fazendo para resolver um problema que herdou do governo passado, porque já pegou o barco andando, e ao pegar o barco andando encontrou a situação na Secretaria da Educação de que 15 mil professores que estão trabalhando em colégios estaduais eram contratados pelas prefeituras, pelos prefeitos municipais, e o que é o pior, muitos deles, como é o caso de Mal. Cândido Rondon, que eu cito com toda a certeza, sem convênio, portanto não poderia nem sequer o Tribunal de Contas aprovar as contas do prefeito porque não havia convênio, no entanto isso é verdade e diga-se também que é verdade é uma herança que nós recebemos do governo passado.

Agora veja bem, muito bem ressaltou o Deputado Tércio Albuquerque, o governador José Richa herdou isso e fez um esforço extremo, cortando aqui, economizando ali, localizou recursos para durante este ano ir de encontro aos prefeitos e pagando cinquenta por cento das despesas que os prefeitos teriam em todas as prefeituras desde junho, para então, poder atender o grito geral dos prefeitos que tinham um encargo muito grande com o Estado principalmente na área da educação.

Apesar desse esforço, apesar do governador José Richa vir de encontro aos reclamos dos prefeitos, este esforço não foi entendido por alguns prefeitos de Área de Segurança Nacional.

Por não saber, com certeza, quais são os prefeitos de Área de Segurança Nacional que por terem, o seu cargo nomeado, a partir do governo federal do presidente da República, que teimam e insistem em desafiar o governo do Estado, em demitir esses professores em não aceitar de modo algum o diálogo, e não ter o bom senso de que deve haver o entendimento entre governo de Estado e prefeitura municipal, para chegarem a um consenso, para chegarem à solução do problema; insistindo na burrice de quererem cobrar, do governo federal, aquilo que o

governo do Estado poderia dar, insistindo na postura ditatorial, antidemocrática, colocando seus interesses pessoais, colocando sua posição partidária talvez acima dos interesses da comunidade, essas prefeituras demitiram os professores, e, hoje, Marechal Cândido Rondon está sem aulas! Em Santa Helena, o prefeito interventor determinou às professoras que estavam trabalhando nos colégios estaduais nessas condições, de que, entrassem em greve e fizessem uma paralisação! Tudo isto realmente é um desacato, que o governador José Richa não poderá admitir e tolerar, e o nosso requerimento visa, justamente, sanar esse problema. Estamos pedindo, nesse requerimento, que, naquelas prefeituras onde os interventores de Área de Segurança Nacional não querem entrar em entendimento, não querem reconhecer o esforço que o governo do Estado está fazendo e insistem e continuam a desafiar a autoridade máxima do Estado sendo, eles, simples prefeitos e interventores de Área de Segurança Nacional, não sendo nem sequer eleitos pelo voto do povo e por isto não entendem de política, por isto não interessa o povo, interessa, isto sim, sua posição pessoal como interventores, que, a esses, seja dado um tratamento diferenciado e não porque nós queiramos dar um diferenciamento, não porque nós queiramos fazer discriminação, porque muitos prefeitos, como é o caso do prefeito de Foz do Iguaçu, apesar de ser interventor, aceitou, e está entrando em entendimento; como é o caso de outros prefeitos de Área de Segurança, que estão entrando em entendimento. O nosso requerimento é específico. Nesse caso então, o governador passa a contratar esses professores, excepcionalmente, mas essa excepcionalidade não se dará somente na área da educação, dar-se-á, daqui para a frente, no tratamento que deverá ser dado a esses prefeitos. Porque nós não podemos admitir que, um simples prefeito venha desafiar um governador de Estado, porque nessas alturas, nós como deputados, o governador do Estado do Paraná estaria desmoralizado diante de um simples interventor mantido pela força do arbítrio do governo federal, do presidente da República. É isto o que visa o nosso requerimento, é isto que nós entendemos que deva ser feito, e por isto é que talvez o nosso requerimento não tenha sido entendido na íntegra, pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Nós queremos informar ainda, de que, na Área de Segurança Nacional são 733 professores; em Foz do Iguaçu são 144 professores entre professores e serventes que estão à disposição de colégios; se Foz do Iguaçu tem 144, nós sabemos que em Palotina, por exemplo, são 130 professores e serventes, quer dizer, varia, de município para município, varia, do entendimento que havia anteriormente com o governo passado. Os municípios que prestavam ao Estado, este favor de contratar professores para suprir ausência de professores dos colégios estaduais, porque só em Curitiba, na capital, por razões várias nós temos 3.000 professores praticamente fora de salas de aula e residindo no grande centro urbano de Curitiba, talvez, porque o seu esposo esteja trabalhando aqui, talvez porque seja impossível deslocar-se para o interior, mas, essa lacuna de 3.000 professores estatutários, portanto estabilizados em seus empregos, essa lacuna deveria ser preenchida através de contratações. Seria oneroso ao Estado, contratar através da CLT, porque a CLT do Estado visa um contrato bem mais alto, numa despesa bem maior do que aquela que a prefeitura podia fazer. É por isto que, anteriormente as prefeituras vinham de encontro ao Estado, socorrendo o Estado nessa necessidade básica, no entanto nós somos sabedores que, se por um lado a prefeitura era sobrecarregada, por outro ela era compensada, através de convênios em outras áreas, agora, se o prefeito interventor não quiser colaborar com o Estado, não quiser reconhecer o esforço que está fazendo o Governador, então nós também não podemos reconhecê-lo como legítimo representante daquela comunidade e nas outras áreas, provavelmente, ele deverá encontrar dificuldade em colocar os recursos do Estado à disposição daquela

prefeitura.

É isso o que estamos precisando deixar bem claro.

O tratamento diferenciado está partindo dos prefeitos e o desafio partiu principalmente de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a adoção do Livro Didático nas escolas públicas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 17).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 13/83

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, visa regulamentar a adoção e escolha do livro didático nas escolas públicas do Estado.

O projeto vem devidamente articulado e não fere qualquer dispositivo legal.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar — Presidente;

Caíto Quintana — Relator.

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 13/83

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente projeto de lei tem por finalidade estabelecer nas escolas públicas do Estado a adoção do livro didático nos termos que estabelece.

Sobre a matéria, analisando o seu aspecto legal e constitucional houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito da propositura, temos que é das mais louváveis a intenção do seu autor, tendo em vista que a mesma vem de encontro a antiga reivindicação da comunidade estudantil de nosso Estado, estabelecendo-se um critério de homogeneidade e continuidade ao setor educacional da rede estadual de ensino público paranaense.

Conforme a justificativa apresentada servirá, também, tal proposição como meio de defesa da economia popular, já que com a adoção do livro didático uniforme e de caráter insubstituível por determinado período, proporcionará o seu reaproveitamento, determinando assim certa economia à família com vários elementos em períodos escolares.

Diante do exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Adhail Sprenger Passos — Presidente;

Tadeu França — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a instituição beneficente denominada "COLMÉIA MENINA DE MARINGÁ". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 49).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 51/83

De autoria do nobre deputado Tadeu França, o projeto de lei supra pretende declarar de "utilidade pública", a institui-

ção beneficente denominada "COLÉIA MENINA DE MARINGÁ", com sede naquela cidade.

A entidade em questão está devidamente inscrita no Cartório de Títulos e Documentos de Maringá, sob n.º 52.397, do Livro-A-2 e de acordo com a documentação anexa ao projeto, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina a declaração de utilidade pública.

Assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, na sua forma original.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar — Presidente;  
Caíto Quintana, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 13 e 51/83.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ervin Bonkoski, Anibal Khury, Caíto Quintana, Augusto Carneiro, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca e Hermas Brandão, e ainda o Senhor Deputado Roberto Requião, vice-líder da bancada do PMDB. Antes do início formal da reunião da Comissão, houve debate sobre o Projeto de Lei n.º 32/83, do Deputado Nilso Sguarezi, contando com a presença do Doutor Otto Luiz Sponholz, Presidente da OAB, Seção Paraná, e o Doutor Paulo Bacarin, membro da Comissão Especial da OAB, encarregado da análise e discussão do problema relacionado a custas judiciais, conforme notas taquigráficas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária, sendo aprovada a ata da reunião anterior. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, o Senhor Presidente passou à seguinte Ordem do Dia: 1) — Projeto de Lei n.º 32/83, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Fica revogado o disposto no art. 20, da Lei 7.567, de 08 de janeiro de 1.983. A Comissão deliberou que o assunto ainda deve merecer debates com outras entidades representativas. Com relação a este projeto foi apresentado substitutivo geral com a seguinte redação: "Art. 1º — É suspenso o regime de semestralidade do valor de referência de custas — VCR, até 31 de dezembro de 1.983", ficando portanto o Projeto de Lei n.º 32/83, em sua íntegra, para ser apreciado em outra oportunidade. Aprovado o substitutivo geral. 2) — Protocolado n.º 4085/83, de funcionários do Poder Legislativo que trata da concessão de benefícios. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer no sentido de transformar em Proposição da Comissão de Constituição e Justiça cujo texto é o seguinte: Artigo Único: fica assegurada, a partir de 1º de julho de 1.983, a perempção total do benefício concedido pelo art. 4º, da Resolução n.º 2/64, de 20 de fevereiro de 1.964, àqueles que tiveram seus direitos assegurados pelo art. 5º, da Resolução n.º 5/69, de 28 de abril de 1.969. Aprovado. 3) — Projeto de Lei n.º 63/83, do Poder Executivo — Mensagem n.º 59/83. Encaminha anteprojeto de lei autorizatório de doação ao Município de Campo Mourão, do edifício construído pelo Estado, localizado no distrito de Farol, naquele município. Relator Deputado

Augusto Carneiro. Parecer no sentido de juntar ao Projeto de Lei n.º 27/83, por se tratar de matéria idêntica. Aprovado. 4) — Projeto de Lei n.º 25/83, do Deputado Airton Cordeiro. Cria o Conselho Paranaense de Política de Emprego. Relator Deputado Caíto Quintana. Requerido vistas ao Deputado Augusto Carneiro. Deferido. 5) — Projeto de Lei n.º 31/83, do Deputado Airton Cordeiro. Estabelece critérios para o preenchimento do cargo de direção das escolas públicas do Estado. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de ser convertido em diligência junto à Secretaria da Educação. Deferido. 6) — Projeto de Lei n.º 61/83, do Deputado Nelson Bufara. Autoriza o Poder Executivo a instalar creches junto aos Postos de Saúde do Estado e dá outras providências. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer favorável. Aprovado. 7) — Projeto de Lei n.º 35/83, do Deputado Tadeu França. É assegurada ao professor, integrante do Quadro Próprio do Estado, portador de mais de um padrão e que esteja regularmente aposentado em um deles, aposentar-se com os vencimentos do padrão remanescente, ao completar sessenta anos de idade. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de ser convertido em diligência junto à Secretaria da Educação. Deferido. 8) — Projeto de Lei n.º 51/83, do Deputado Tadeu França. Declara de utilidade pública estadual a instituição beneficente denominada Colméia Menina de Maringá. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer favorável. Aprovado. 9) — Projeto de Lei n.º 34/83, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. O art. 51, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1.973, passa a ter a redação que especifica. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer favorável. Aprovado. 10) — Projeto de Lei n.º 62/83, do Deputado Werner Wanderer. Eleva para onze (11), o número de vereadores à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para a próxima legislatura. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado. 11) — Proposição n.º 59/83, da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n.º 58/83. Encaminha cópia autêntica do convênio n.º 20/83, celebrado em 11.03.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando a construção de terminal rodoviário no mesmo município. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado. 12) — Protocolado n.º 1740/83 — interessado Walmor Marcelino. Solicita readmissão ao Quadro Funcional da Assembléia do Estado do Paraná. Relator designado Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que o mesmo seja remetido à Comissão Executiva, a quem cabe a decisão. Houve discussão em torno do assunto pelos senhores deputados, chegando-se a conclusão de que o parecer do Senhor Deputado Caíto Quintana, atinge a essência do problema. Portanto, ficou aprovado o Parecer de que o mesmo volte à Comissão Executiva para a decisão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

(aa) Deputado Djalma de Almeida Cesar

Presidente

Lúcia Maria da Veiga Segall

Secretária

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 315/83

I — revogar o item I, do Decreto Legislativo n.º 249/83, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle, do Departamento Legislativo, o funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar NILTON BUSATO, matrícula n.º 317, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as fun-

ções de Chefe da Seção de Controle, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 5599).

Palácio "XIX de Dezembro", em 05 de julho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 316/83

I — exonerar EURICO HALUCH, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 154/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos;

II — prover LEONTINA NOVAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira; e,

III — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.  
(Protoc. n.º 6380).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 317/83

I — exonerar REINALDO MUCHALH JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 300/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover MARIA HENRIQUE DA SILVA BISPO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro; e,

III — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 6548).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de julho de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário